

2.3 OS FUNDAMENTOS AUTÁRQUICOS DA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA STALINISTA

Mesmo ao optar-se pelo elemento econômico-social como referencial metodológico adequado para a interpretação dos eventos históricos, não há com isso uma garantia de imunidade contra o emprego distorcido do mesmo. Nesse sentido, é pertinaz lembrar que uma tendência pode ser observada através da prática daquele que poderia ser chamado de *vício de homogeneização*. Trata-se de uma armadilha a que os marxistas estão sujeitos por consequência do prevalescimento da subjetividade na análise do objeto em decorrência da forte presença de formas idealistas predominando sobre o pensamento diante de relações sociais historicamente constituídas.

Essa observação é colocada aqui como advertência preliminar visando chamar a atenção para o perigo representado pelo emprego idealizado das categorias do materialismo histórico como ferramenta na análise das situações concretas, como foi a tônica do stalinismo na construção de sua ideologia, aparecendo, neste sentido, como um verdadeiro simulacro. Semelhante identificação torna-se imprescindível na tentativa de compreensão do stalinismo.

Sempre foi muito comum a verificação de um erro trivial no emprego do conceito de *transição* entre modos modos de produção diferentes. Parte significativa das interpretações sempre tendeu a efetuar uma leitura que "compartimentalizava" as diferentes passagens. Quer dizer, a dedução de finitude das etapas na passagem de uma sociedade a outra é realizada no plano teórico estritamente formal sem observação da necessária extensão desse plano àquele expresso pelos movimentos concretos das relações de produção. Bastaria, portanto, a simples afirmação que assegura a existência, no plano infraestrutural, dos requisitos economicamente básicos para a instalação do novo modo de produção. Logo, na situação particular do socialismo, se sua pré-condição teórica é a propriedade social dos meios de produção, este estaria efetivamente estabelecido desde que a burguesia seja expropriada e a propriedade coletiva adotada como estatuto legal. E quando termina a revolução proletária, o capitalismo extingue-se.

Em várias oportunidades Marx fez questão de chamar a atenção para a diferença entre a sociedade concebida como modelo abstrato e a sua realização prática, concreta. E, em que pese a possibilidade de localização de uma certa "razão" determinista presente em vários documentos escritos por Marx e Engels, a qual deve ser debitada muito mais à retórica revolucionária do que a garantia científica da inevitabilidade do socialismo, a verdade é que a formação da nova sociedade pode ser abortada ou retardada em virtude da resistência, em suas mediações superestruturais, das antigas relações de produção às mudanças apontadas pelo conteúdo revolucionário das transformações.

Evitar a leitura idealista do evento revolucionário russo contribui para amenizar potenciais resistências ao reconhecimento da presença de uma acentuada heterogeneidade econômica e social que tendiam a perdurar mesmo com a efetivação da expropriação da burguesia e da derrubada da monarquia czarista. A própria tentativa de construção do socialismo representava de imediato a configuração mais cabal do aprofundamento da heterogeneidade em face do requisito primário denotado pela introdução da propriedade estatal. É bom que se lembre que o próprio Lenin, quando da argumentação favorável a implantação da NEP, revelou a existência de um quadro das relações internas de produção sintetizado num modelo de cinco formações diversas.

Ora, nada mais natural do que a constatação de tamanha diversidade, uma vez que se tratava da particularidade do pionismo revolucionário proletário acontecendo num país atrasado, de acentuado perfil semi-feudal. Diferentemente do capitalismo adiantado, na Rússia a distinção definida entre as duas classes fundamentais, burguesia e proletariado, era bastante incipiente em virtude do predomínio quantitativo das atividades agrárias e da ampla maioria numérica dos trabalhadores agrícolas em condições pré-capitalistas. Porém, o proletariado russo, inversamente do que ocorrera com seu homônimo no processo da formação histórica do capitalismo, se adiantara à sua burguesia no que tange a constituição enquanto *classe em si*, tornando-se este um fator objetivo decisivo para a realização da revolução que contestaria a continuidade do capitalismo antes mesmo que tivesse suas raízes plenamente consolidadas. Era essa a grande diferença classista, qualitativamente falando, do proletariado perante o campesinato. Este, ao interior do desenvolvimento histórico conhecido pela Rússia nas quatro décadas anteriores à revolução, não lograra alcançar uma identidade de classe associada ao modo de produção capitalista; ao contrário, mantivera um perfil classista amorfo, situação que o desvinculava de qualquer projeto definido de sociedade.

Nesta situação interna tão desfavorável à construção do socialismo, porém, era possível encontrar os requisitos expressos de acordo com a teoria da revolução permanente, o que, como se sabe, autorizava caracterizar como proletária a Revolução Russa. Naquelas condições, somente observando-se o painel internacional do capitalismo pode-se concluir que uma classe operária nacional, francamente minoritária no quadro interno das classes sociais, poderia aspirar conduzir um processo revolucionário direcionado para o socialismo.

Um outro aspecto da diversidade russa em 1917 liga-se à questão do caráter do Estado. Os marxistas russos tinham dúvidas quanto à possibilidade do rápido desenvolvimento do capitalismo na Rússia e de sua tendência em predominar sobre as demais formações internas. Porém, como já se discutiu anteriormente, os resultados nessa direção advindos da ação dos elementos de classe burgueses, agindo num sentido nacional, eram poucos expressivos, sobressaindo a intervenção estatal monárquica e, em segundo plano, o capital externo. Era uma situação, face a uma perspectiva de generalização, em que na Rússia, naquela oportunidade, economia capitalista não combinava com Estado burguês. A burguesia nacional russa tendia a continuar tributária permanente da monarquia imperial absolutista: *"(...) é indubitável que um Estado pode ser superpoderoso e dominar o sistema social, sobretudo em específicos períodos de ruptura. Verificaram-se, mais de uma vez, situações nas quais o Estado se libera, atuando não só como poderosa e destruidora força de ruptura sobre o desenvolvimento social, mas também como motor primário e agente de desenvolvimento. (...)".*⁷⁹

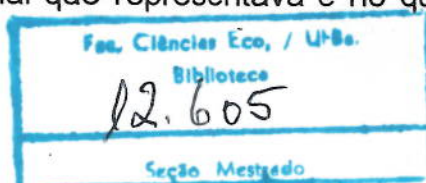
Levando em conta semelhante situação, o exame da concretude social russa realizado por lentes míopes poderia resultar em conclusões fortemente limitadas e, como não poderia ser diferente, no encaminhamento de medidas que certamente distorceriam um determinado procedimento avaliado como o mais desejável para o desenvolvimento do Estado operário. Quanto a este, se, no que se refere à sua organização econômica, no plano mental restava bastante satisfatório, no plano real seria muito incômodo para a necessária funcionalidade, produtiva o desconhecimento da evidência crucial que registrava a presença marcante de relações de produção que procuravam, ainda, se desgarrar do mundo pré-capitalista. Uma confirmação elementar dessa regra verificou-se com o Comunismo de Guerra, que, em certos termos, pode ser considerada uma organização idealista da economia, muito embora representasse também, bem entendido, uma inevitável resposta pragmática aos condicionamentos impostos pela necessidade.

⁷⁹ LEWIN, 1986, op. cit., p. 206.

Decerto, então, seria desejável que o poder estatal em mãos do proletariado, vislumbrando seu objetivo histórico, considerasse fortemente em seus planos aquela classe social numericamente majoritária como uma das principais forças motrizes do desenvolvimento no contexto transicional. Sem dúvida, ela seria de grande valia para a implantação do projeto socialista se sua energia de índole inconscientemente mercantil fosse canalizada por procedimentos racionais. Ninguém duvidaria, por isso, que nos primeiros momentos da existência socialista russa a racionalidade proletária seria retirada muito mais da consciência de classe e do elemento político. De qualquer modo, um imperativo se impunha: a inexistência econômica socialista teria que ser compensada, não pelo desejo, mas pelo emprego da atitude e da iniciativa visando "revolucionar" a herança material do "ancien regime", que, deixada à sua inércia, caminharia para negar a nova sociedade pela qual fora consumida uma energia monumental.

A heterogeneidade presenciada na Rússia no pós-1917, dessa maneira, era constituída por caracteres sociais e políticos do período histórico passado, que persistiam, alguns fortemente, outros menos, assim como expressava a introdução das transformações recentes, o que exigia que em sua observação e tratamento em termos da continuidade sob um novo regime político fosse considerada a possibilidade do "retrocesso". Sobretudo, daquele "retrocesso" originado da associação dos meios materiais pré-capitalistas, ou, melhor dizendo, mercantis, com diretrizes e normas de cunho socialistas. Vista sob esta ótica, torna-se mais justificável repelir aquela idealização que sugere a definição social e política socialista tão pronta esteja a coletivização da propriedade dos meios de produção. É por isso que ao rejeitar o projeto social dos capitalistas e, ao mesmo tempo, se utilizar contraditoriamente do procedimento econômico por eles empregado, o proletariado teria que traçar uma trajetória de recusa do capitalismo *enquanto tal* ao perseguir seus próprios interesses históricos. O problemático estaria em avaliar até que ponto, e de que maneira, o retrocesso, tanto no plano das relações internas, quanto das externas, deveria ser admitido sem comprometer o objetivo revolucionário do proletariado.

Esta é uma questão fundamental, admi-se, em torno da qual a ideologia do stalinismo foi elaborada. Uma vez conhecida sua gestação como força política dominante, a burocracia procurou legitimar-se recorrendo ao mecanismo doutrinário como já foi aqui adiantado. Dessa maneira, o necessário relacionamento do socialismo com o capitalismo, dentro das fronteiras internas, assim como no plano do mercado mundial, em proveito do desfecho positivo da nova sociedade, receberia uma qualificação por parte de Stalin voltada para a consolidação da existência do segmento social que representava e no qual se apoiava, revelando,



portanto, a negação dos fundamentos da sociedade projetada. Para tanto, a burocracia adotaria como princípio a tese de que o socialismo poderia conhecer uma existência nacional, o que a levaria a inverter os sinais relativos ao significado do internacionalismo proletário.

Indubitavelmente, no seu percurso pelo controle do poder, Stalin teria que se confrontar exclusivamente com Trotsky não apenas na esfera das escaramuças do jogo político prático, mas também no terreno das elaborações voltadas para a definição dos rumos da revolução. Ele optou por uma iniciativa no campo doutrinário que consistiria no empreendimento de uma revisão da teoria que fora adotada até então a respeito da edificação do socialismo. Contribuiu decisivamente para seu êxito o desvanecimento da vitória revolucionária na Alemanha, fato que se concretizou no outono de 1923. Começava assim a surgir a argumentação teórica que repeliria o requisito da revolução nos países adiantados como condição para o sucesso do socialismo na Rússia.

Procurando delinear as etapas em que o novo conceito foi tomando forma na mente e nas ações concomitantes de Stalin, pode-se dizer que um primeiro passo importante foi possível em virtude da autoridade já alcançada a partir do controle do aparelho partidário e estatal obtido até aquele momento. Porque, tendo conquistado tal posição, sentiu-se com força política suficiente para lançar-se publicamente como o herdeiro de Lenin. Para sua própria garantia, a teoria do socialismo num só país "apoiaria-se" no arcabouço político e teórico deixado por Lenin.

As primeiras menções à "teoria do socialismo num só país" foram dadas a conhecer por Stalin durante o ano de 1924. Por exemplo, em 20 de outubro daquele ano, num artigo publicado sob o título de *Outubro e a teoria da revolução permanente do camarada Trotsky*.⁸⁰ Este documento era representativo da rápida evolução da campanha lançada contra Trotsky em 1924, posto que ainda em janeiro do mesmo ano Stalin continuava fiel partidário da formulação que negava o socialismo num país isolado. Dando início à sua lógica anti-trotskyista, em novembro de 1924 aparece a primeira "denúncia" que relacionava a teoria da revolução permanente à secundarização do papel decisivo do campesinato no processo revolucionário. Todavia, a hora de adiantar uma alternativa doutrinária mais consistente ficou adiada para o mês de janeiro de 1925 quando se decidiria por exercer um papel positivo e independente:

⁸⁰ CARR, E. H. *El socialismo en uno solo país*. Madrid, Alianza, 1975, pp. 32 e 49.

"(...) o tema fundamental do ensaio consistia em uma análise das 'características peculiares da revolução de outubro': o fato de que a ditadura do proletariado houvera se estabelecido na Rússia 'como um poder surgido da aliança entre os operários e as massas trabalhadoras do campesinato', e o fato de que se estabelecera 'como consequência da vitória do socialismo em um só país'. Lenin se ocupou em repetidas ocasiões das implicações da primeira destas peculiaridades. Restava provar que prestara atenção também a segunda. (...)".⁸¹

Tomado-se ares de humilde discípulo de Lenin, Stalin alardeava não pretender reconhecimento por contribuir com idéias originais para o marxismo, mas apenas, como marxista-leninista de primeira hora, um continuador das idéias do líder bolchevique que seriam agora, por seu intermédio, aplicadas e desenvolvidas. Na verdade, Stalin, muitas vezes, sobretudo no período em que se apressava em aparecer como "centro" na disputa política entre a "oposição de esquerda", liderada por Trotsky, e a "direita", chefiada por Bukharin, que na verdade era seu fiel aliado, lançou mão do expediente da apropriação indébita de idéias de outros autores, inclusive algumas de seus adversários, evidentemente distorcidas porque alocadas em contextos opostos. Entretanto, no que refere à teoria do socialismo num só país é necessário fazer justiça a Bukharin como autor que influenciou diretamente Stalin a se apropriar da idéia e desenvolvê-la à sua maneira.

Assim é que "inspirando-se" na teoria do imperialismo de Lenin, cuja obra era chamada por ele de "o marxismo da era do imperialismo", chega à conclusão de que o capitalismo tornara-se uma força regressiva numa época de crise. Diante da desigualdade inerente ao mesmo, não havia possibilidade de impedir o seu colapso simultâneo, enquanto os elos mais fracos daquele sistema apresentar-se-iam como os pontos de partida de um processo sequencial.⁸²

Incorporando diretamente partes do *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* de Lenin, vejamos a interpretação de Stalin a respeito da conceituação de Lenin desenvolvida na sua obra *As bases do leninismo*, de abril de 1924:

"(...) Esta lei (do desenvolvimento desigual) parte do seguinte:

1) 'O capitalismo se transformou em sistema mundial de opressão colonial e de estrangulamento financeiro da maioria da população do mundo, graças à ação de um punhado de países "avançados";

⁸¹ Ídem, p. 49.

⁸² Howard and King, 1992, op. cit., p. 28.

2) 'A repartição do "butim" se faz entre duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes, que dominam o mundo (Estados Unidos, Inglaterra, Japão) e que arrastam à *sua* guerra, pela repartição do *seu* butim, o mudo inteiro';

3) o desenvolvimento dos antagonismos no interior do sistema mundial da opressão financeira e a inevitabilidade dos conflitos armados fazem com que a frente mundial do imperialismo se torne facilmente vulnerável para a revolução e com que seja provável a ruptura desta frente por parte de alguns países;

4) esta ruptura pode se verificar com maior probabilidade naqueles pontos e naqueles países onde a cadeia da frente imperialista for mais débil, ou seja, onde o imperialismo esteja menos forte e a revolução possa desenvolver-se mais facilmente;

5) por isto, a vitória do socialismo num só país - mesmo que este seja menos desenvolvido do ponto de vista capitalista e mesmo que o capitalismo continue a se manter em outros países, mais desenvolvidos de acordo com o mesmo ponto de vista - é perfeitamente possível e provável.

Estes são, em síntese, os princípios da teoria leninista da revolução proletária. (...).⁸³

Nota-se nesta elaboração uma aparente utilização do método da teoria da revolução permanente: a observação de que a revolução pode acontecer nos países capitalistas mais frágeis relativamente ao grau de desenvolvimento encontrado no centro do sistema. A grande e decisiva diferença representa a subversão daquela teoria e ao mesmo tempo a "inovação" stalinista, qual seja a afirmação categórica de que o socialismo tem amplas possibilidades de sair-se vitorioso em um único país, e com a grande particularidade de que esse país poderia estar entre aqueles mais atrasados.

Mas, derivada desta "contribuição" stalinista na interpretação da função do imperialismo na deflagração das condições que levaria ao socialismo mundial, sobressairia a formulação da natureza daquele processo em cadeia que resultaria na derrubada do capitalismo como um todo. Na visão de Stalin a qualidade do processo deveria ser alterada pelos fatores "tempo" e "lugar". Primeiramente, a diferença temporal entre o início e o prosseguimento do processo ficaria definida pelo prazo exigido para o término da construção do socialismo na URSS. Em segundo lugar, o socialismo, entendido como um sistema final, deveria ser reproduzido na URSS e, portanto, ter sua amplitude reduzida ao espaço soviético. Assim, a etapa inicial do processo, a Revolução Russa, deveria ser concluída

⁸³ In STALIN, Joseph. *Stalin - Política*. PAULO NETTO, José (org.), São Paulo, Ática, 1982, p. 107.

enquanto mesmo "o" socialismo, para que pudesse adquirir a condição de elo "forte" da revolução proletária mundial. Em vista disso, o proletariado dos demais países em vez de realizar suas próprias revoluções deveriam voltar-se para o exercício de garantia da revolução pioneira. A construção do socialismo na URSS seria a garantia de que os demais também alcançariam o mesmo resultado.

Segundo Stalin, nas novas condições que impuseram o abortamento da revolução proletária internacional, as conseqüências do desenvolvimento desigual ganhavam outras conotações. Em virtude da cooptação da direção do proletariado do ocidente por meio dos super-lucros, tornando-a uma "aristocracia operária", e da capitulação da social-democracia européia, a esperada revolução na Europa sofrera um recuo. Seria necessário um período de recuperação das forças proletárias nos centros imperialistas. Além disso, a luta entre os países imperialistas pela partilha do mercado mundial acentuava suas contradições e os fragilizavam. Por conseguinte, a possibilidade da construção do socialismo na Rússia conduzia a uma situação em que a desigualdade deveria ser considerada em termos da oposição concreta entre capitalismo e socialismo.

Sem dúvida, essa formulação de Stalin lembra, num momento, aquele modelo adotado universalmente pelos marxistas que comporta como núcleo a diretriz do *gradualismo* internamente ao processo de construção da revolução mundial em oposição ao conceito de *simultaneidade*. Conquanto isso seja uma primeira impressão, logo tem-se a confirmação de que a adoção do referido modelo apresenta-se tão somente como um pretexto, pois o mesmo é subvertido em decorrência do desfecho que lhe é dado.

A grande diferença entre a construção dos marxistas e a conclusão stalinista radica na incorporação do princípio da "necessidade" de que o socialismo teria uma primeira conclusão na URSS. E o "socialismo soviético" passava a exercer pelas palavras de Stalin uma exclusiva função internacional. Se, no modelo original do marxismo, o socialismo enquanto realização final era considerado como uma composição internacional, no reducionismo stalinista ele ficava concernido a um único e particular país. Em maio de 1924 no panfleto *Sobre os fundamentos do leninismo* Stalin se expressaria da seguinte maneira:

"Antes se supunha impossível a vitória da revolução em um só país; acreditava-se que, para alcançar a vitória sobre a burguesia, era necessária a ação conjunta dos proletários de todos os países adiantados ou, no mínimo, da maioria deles. Agora, este ponto de vista já não corresponde mais à realidade. Agora, há que partir da possibilidade deste triunfo, pois o desenvolvimento desigual e aos

*saltos dos diferentes países capitalistas sob o imperialismo, o desenvolvimento, no interior do imperialismo, de contradições catastróficas que conduzem a guerras inevitáveis, o crescimento do movimento revolucionário em todos os países do mundo, tudo isto não só leva à possibilidade, mas também à **necessidade** do triunfo do socialismo em um ou outro país".⁸⁴*

A situação russa ganha mais uma forma de excepcionalidade pretensamente apoiada em Lenin. Então, Trotsky é acusado por errar ao pretender a generalização da experiência revolucionária russa e, ao insistir no internacionalismo como requisito para o desenvolvimento socialista interno, apontar uma inexistente fragilidade da URSS. A oposição de esquerda não teria se dado conta que, contrariamente ao seu equívoco, "(...) *as particularidades do desenvolvimento czarista tinha legado ao país uma grande indústria em mãos do Estado proletário, justificando um amplo desenvolvimento autárquico que resultava das condições internas atrasadas e culminaria numa 'completa' construção do socialismo (...)*".⁸⁵

Sob esta argumentação, o internacionalismo deveria ser reinterpretado, ser entendido às avessas: a revolução de 1917 se internacionalizara porque contou com o apoio do proletariado ocidental, atitude que inibira um novo ataque imperialista ao país dos soviétes. Se as coisas se passaram desta maneira, o que não deixava de ser verdadeiro, tal constatação não autoriza a conclusão de Stalin de que, estando o mundo, no novo quadro das relações internacionais, dividido entre forças imperialistas e anti-imperialistas, sendo estas últimas lideradas pela URSS, a expansão desta última seria sinônimo da construção vitoriosa do socialismo. Na verdade, de acordo com a versão stalinista o socialismo mundial passava a ter seu interesse fundido com o nacionalismo soviético, revertendo, dessa maneira, o sentido das relações entre a URSS e as revoluções internacionais, ao tempo em que os interesses internos soviéticos eram igualados aos interesses do proletariado internacional.⁸⁶ Invertem-se os papéis. Para Stalin, a vitória do socialismo num só país seria "*o começo e a premissa da revolução mundial*".⁸⁷

Esta-se diante de uma constatação inevitável: reivindicando-se do marxismo, sob o pretexto de buscar sua evolução, passava-se a lançar mão dos recursos teóricos e metodológicos mais pobres e negadores de sua própria lógica enquanto doutrina revolucionária: para explicar a natureza do processo revolucionário que levaria a humanidade ao socialismo fazia-se mister reconhecer a norma do nacionalismo e do chovinismo, o que, ironicamente, igualava o mundo

⁸⁴ Apud STALIN, 1982, op. cit., p. 115.

⁸⁵ HOWARD AND KING, 1992, op. cit., p. 29.

⁸⁶ Ídem, p. 30.

⁸⁷ Apud CARR, 1975, op. cit., p. 51.

contemporâneo do século XX ao estágio pré-capitalista da humanidade. Naquele período lutava-se pela constituição dos Estados nacionais e assim, num certo sentido, povos e nações procuravam estabelecer um isolamento perante outros, definindo seus espaços nacionais correlacionados com expressões culturais próprias. Na opinião de Stalin o mesmo deveria acontecer ao propor que o socialismo fosse construído em primeiro lugar na URSS, mas com o agravante de que o Estado "nacional" socialista seria único, precipitando os demais proletariados nacionais numa posição de suporte do socialismo soviético e de negação da possibilidade de realização do socialismo em seus próprios países. Como diria Trotsky, para isso não valera a pena ter elaborado o marxismo.

Torna-se inevitável, então, interpretar o stalinismo como uma ideologia e não como uma elaboração que tenha validade de teoria ou doutrina. Esta conclusão se impõe em decorrência das determinações histórico-materiais que permitiram a burocracia impor-se como segmento político com autoridade suficiente para reter o poder, independente de apresentar-se como portadora do status de classe proprietária dos meios de produção. Aliás, na situação particular da URSS a história reservou-nos uma grande surpresa: justamente o caráter social da propriedade dos meios de produção apresentou-se como a condição *sine qua non* para o florescimento da burocracia como poder político de Estado.

O estímulo que a burocracia recebeu para produzir sua ideologia, portanto, uma fundamentação teórica justificadora de suas decisões econômico-políticas orientadas para a consolidação de sua posição crescentemente dominante, como já se observou aqui, surgiu em torno da possibilidade da utilização do elemento "nacional" em decorrência do isolamento da revolução na Rússia, visto que a revolução internacional se retardava. Veja-se essa questão mais de perto.

Substantivamente, a teoria do socialismo num só país foi produzida entre os anos de 1924 e 1926, por conseguinte, quando se tornara mais definida a impossibilidade da extensão da revolução para outros países da Europa no curto prazo. Evidentemente, uma situação política diferente se conformava relativamente àquela conhecida durante os anos da primeira guerra mundial e da guerra civil russa. Se faziam necessárias novas avaliações que orientassem a postura tática dos revolucionários no plano internacional. A partir do âmbito interno da Internacional Comunista apareceu a discussão a respeito da possível "estabilização do capitalismo". Não restava dúvida acerca de uma tendência de recuperação da normalidade capitalista após o fim dos enfrentamentos militares. Obtida uma certa paz relativa, os países capitalistas poderiam pensar na retomada de seu funcionamento. Isto, somado aos elementos que resultaram no recuo da revolução

proletária em alguns dos principais países europeus, particularmente na Alemanha, implicava num certo conforto e tranqüilidade para a burguesia desses países frente a acentuada ameaça de expropriação sofrida durante os conflitos e, em particular, após a Revolução Russa.

Sob iniciativa de Stalin, em vista da nova situação política internacional, começava aceleradamente a imposição de uma fórmula que exigia a negação da teoria da revolução permanente, de forma alguma desmentida pelos novos acontecimentos. Não seria possível concordar que, em face do recuo da revolução internacional, os novos fatos impunham a condição inquestionável de que a Rússia construiria sozinha o seu socialismo. Pelo contrário, acentuara-se a dependência deste país frente a outros mais desenvolvidos pela simples razão de que estes tinham sua revolução retardada, o que, evidentemente, exigiria repensar a natureza das relações econômicas entre o país dos soviétes e o mercado mundial.

Acontece que a tese do isolamento soviético é lançada com base no argumento de que a estabilização do capitalismo tinha como contra-partida, pelo lado do socialismo, a estabilização da própria URSS. Ou seja, para o enfrentamento do capitalismo agora mais estabilizado seria necessário o fortalecimento da União Soviética, a qual, se não havia chegado ao socialismo, caminhava a passos largos nesta direção. Neste sentido, em dezembro 1925 Stalin e Bukharin já rejeitavam a constatação até então unânime de que, por causa do atraso russo, era exigida a revolução em outros países. De acordo com esses dois dirigentes que controlavam o Partido Bolchevique naquela oportunidade, somente a ameaça capitalista vinda do exterior poderia impedir que a Rússia prosseguisse sozinha na construção do socialismo. Esta "pré-condição" se transformaria mais tarde em fonte de conclusões de longo alcance.⁸⁸

Ainda em 1925, uma resolução que retratava a posição majoritária na XIV Conferência partidária fazia referência a um artigo de Lenin relativo à vitória do socialismo num só país. Lenin havia dito que "*a vitória final do socialismo, no sentido de uma garantia completa contra a restauração da sociedade burguesa, só é possível em escala intrnacional*". Mas, nesta mesma resolução estava inserida uma outra menção a Lenin, um tanto ambígua, retirada de um artigo de 1921, e que era apresentada como coincidente com as preocupações de Stalin: "*com dez ou vinte anos de relações concretas com o campesinato estará assegurada a vitória mundial (ainda que contando com algum atraso nas revoluções proletárias em*

⁸⁸ CARR, 1975, op. cit., pp. 49-54.

desenvolvimento)".⁸⁹ Parte desta resolução é citada pelo próprio Stalin num artigo em que polemiza com Zinoviev:

*"A existência de dois sistemas sociais diametralmente opostos provoca a ameaça constante de um bloqueio capitalista, de outras formas de pressão econômica, da intervenção armada e da restauração. A única garantia para o triunfo definitivo do socialismo, ou seja, a garantia contra a restauração, é, pois, a vitória da revolução socialista em vários países.... O leninismo ensina que o triunfo definitivo do socialismo enquanto garantia completa contra a restauração das relações burguesas, só é possível num plano internacional... Daqui não se depreende, absolutamente, que seja impossível a edificação da sociedade socialista completa num país atrasado como a Rússia sem a 'ajuda estatal' (Trotski) dos países mais desenvolvidos técnica e economicamente".*⁹⁰

Vê-se que, espacial e politicamente, o conceito socialismo é transformado em um significado categoricamente comprimido no invólucro da realização nacional. Mas, ao mesmo tempo, como uma impostura, o princípio da internacionalização da revolução exigido pelo marxismo é preservado por meio de um eufemismo, formulado como o "triunfo definitivo do socialismo como garantia contra a restauração". E, então, a mecânica do processo revolucionário passa a ser explicado como uma composição de duas etapas distintas, sendo que a primeira delas é representada pela construção do socialismo na Rússia, que passava a ser justificado como plenamente possível, independentemente do que poderia se passar nos demais países.

Os sentimentos nacionalistas ganham a função de cimento na tentativa de soldadura do significado da NEP com a construção ideológica do socialismo exclusivamente na União Soviética. Este procedimento, num primeiro momento, servia para minorar o descontentamento daqueles que se incomodavam com as seguidas reafirmações do caráter anti-nacional e internacionalista dado pelos bolcheviques à revolução de outubro. Num segundo momento, servia de ponte para Stalin explorar e fortalecer o orgulho russo pelo fato do país aparecer como pioneiro na realização da revolução proletária, o que reforçava a ligação das "particularidades" russas à teoria do socialismo num só país. Deste modo a URSS deveria se antecipar ao mundo duas vezes: na realização da revolução, assim como na construção do socialismo.

⁸⁹ *idem.* pp. 54-55.

⁹⁰ In STALIN, 1982, op. cit., p. 123. Grifos de Stalin.

Todavia, a reinterpretação da NEP por intermédio do discurso do socialismo num só país representou, de fato, sua substituição por este último. O acordo proposto por Lenin a ser estabelecido entre o proletariado e o campesinato, até 1928, por força da orientação stalinista da declaração de fé na capacidade do povo russo, converteu-se na priorização de medidas voltadas para o campesinato, posto que o mesmo encarnava o atrativo nacional da NEP. Então, a política econômica fundamentalmente favorável ao campesinato, para além do reconhecimento da importância do mercado e da livre iniciativa para o desenvolvimento soviético, significava, antes de tudo, o fortalecimento do segmento que diretamente se apresentava como a força social potencialmente mais disposta a aliar-se à burocracia e comportar-se como sua base de sustentação.

Ao se aproximar o final da década, no entanto, o socialismo num só país apoiado no campesinato apresentava fortes sinais de voltar-se contra o criador. A ausência de procedimentos de planificação da economia vinculando o desenvolvimento industrial com mecanismos que apontassem tendencialmente a necessária coletivização da agricultura, reforçava a economia alicerçada no predomínio da livre iniciativa; sobretudo no campo, criava/recriava perigosamente o capitalista que acumula e passa a exigir a ampliação da acumulação. A burocracia passava a correr o risco de ser desbancada pelo seu principal aliado (o camponês rico) no controle político do Estado. Diante de tão fortes novas evidências, se fazia necessário preservar a propriedade estatal dos meios de produção como "habitat" da casta burocrática.

O socialismo num só país passa, por isso, a ser veiculado com novo conteúdo. O sentimento nacional passaria a ser identificado com o princípio da industrialização. Não seria mais dirigido à Rússia do passado, mas sim a uma nova entidade capaz de criar um novo mundo com seus próprios recursos. Confirmava-se definitivamente a autarquia. De acordo com Stalin, enquanto a NEP esteve em vigência, ela cumprira uma etapa na construção do socialismo. A nova etapa voltada para a conclusão desta construção seria representada pela industrialização. "(...) *O socialismo num só país era a síntese de fidelidades socialistas e nacionalistas, o ponto em que o destino russo e o marxismo se davam as mãos (...)*".⁹¹

Não restava dúvida, Stalin tinha a sua ideologia. Ela apresentava-o como o único capaz de oferecer uma política positiva, contrariamente aos seus adversários

⁹¹ CARR, 1975, op. cit., p. 58.

que, à espera da ajuda vinda de fora, permaneciam imersos no ceticismo e na negação da capacidade russa de construir por sua própria conta o socialismo.⁹²

⁹² *Idem*, p. 59.

FORMULAÇÕES ECONÔMICAS MERCANTIS PARA A URSS

INTRODUÇÃO

Empregando-se o conceito de transição ao socialismo, em consonância com o que estabelece a teoria da revolução permanente, torna-se desejável refletir a respeito do processo de desenvolvimento econômico da União Soviética, em seus primórdios, tomando-se como referencial a argumentação teórica que pressupõe a constituição de uma **primeira** etapa da *acumulação socialista*. Esta deveria ser constituída como uma etapa particular onde seriam reunidos os elementos que, embora ainda expressando formas mercantis-capitalistas de produção, não poderiam ser ignorados como componentes do dispositivo econômico da transição. Esta postura encontra-se em concordância, antes de tudo, com o entendimento de que medidas econômicas inauditas deveriam ser adotadas vinculadas às necessidades de um país atrasado que procura criar as bases para o socialismo. Assim, uma etapa histórica de desenvolvimento econômico similar ao capitalismo não poderia ser negada enquanto suas manifestações materiais.

No início da década de 1920 a Rússia revolucionária apresentava-se em condições econômicas marcadamente excepcionais evidenciadas por um grau particular de desenvolvimento histórico de sua economia e por circunstâncias conjunturais de funcionamento de seu aparelho econômico, o qual encontrava-se fortemente debilitado. Naquela oportunidade, tal situação reforçava o entendimento de que ao país seria imprescindível o emprego de procedimentos mercantis e capitalistas como, em particular, o mercado, o lucro, o cálculo econômico e o dinheiro. Mas, quer-se reforçar aqui que a evolução das formulações econômicas, surgidas

naquele período, para composições que consideravam decididamente o emprego de tais elementos mercantis refletiu muito mais uma correção de rumos influenciada pelas condições de natureza estrutural e histórica do que o predomínio das pressões emanadas da situação conjuntural demandadora de atitudes emergenciais.

Quer dizer, após a tomada do poder em 1917, seria inevitável a constatação do equívoco representado pela aplicação de mecanismos econômicos em perfeita identidade com uma solução exclusivamente socialista, como bem demonstrou a inevitável experiência frustrada do Comunismo de Guerra. Evidentemente, em contrapartida, o ineditismo da economia "mista" em funcionamento num Estado operário, para gozar da coerência exigida pelos fins a que se propunha o referido projeto de desenvolvimento, deveria se fazer presente privilegiando-se o escopo dos princípios inerentes ao controle e direção operárias, presumindo, consequentemente, a utilização em simultâneo da planificação econômica identificada com o socialismo.

Por conseguinte, neste capítulo visa-se reunir e avaliar criticamente elaborações econômicas representativas de reflexões que procuravam responder às exigências interpostas pela acumulação socialista por intermédio de uma organização econômica "mista". Tais elaborações são encontradas entre os principais expoentes da direção revolucionária bolchevique, os quais, evidentemente, possuíam talento teórico e analítico para a interpretação da economia política em bases marxistas. Faziam-na, uns mais abstratamente, outros menos, e, além disso, destacavam-se pela capacidade de influenciar a formação de opinião e tomada de decisões, obviamente, ao mesmo tempo, por cumprirem o papel de quadros políticos da maior relevância. Em paralelo, trata-se de verificar os precedentes teóricos e práticos que foram apresentados aos organismos decisórios da URSS durante os anos 20, constituindo-se num quadro de opções alternativas adotadas, total ou parcialmente, mas, também, rejeitadas.

Dar-se-á atenção às formulações de Lenin, Trotsky, Bukharin e Preobrazhensky que, pensa-se, procuraram responder aos fundamentos da transição da Rússia do capitalismo ao socialismo, aproximando-se ou afastando-se dos pressupostos da teoria da revolução permanente e da acumulação socialista que lhe é correspondente. As propostas destes autores nesse sentido estão contidas em textos escritos, sobretudo, a partir de 1920, quando se evidenciara que o Comunismo de Guerra representava um conjunto de medidas tão somente de caráter emergencial. As idéias dos autores mencionados, acerca da questão principal aqui abordada, se consolidaram, sobretudo, entre 1920 e 1925. Em

diferentes intensidades entre eles, representam transformações em suas reflexões e, ao mesmo tempo, significam, em grande medida, o abandono de concepções elaboradas no período pré-revolucionário e nos primeiros anos após a tomada do poder.

Destaca-se, assim, uma preocupação particular de ordem metodológica coerente com o espírito geral que conduz a elaboração deste trabalho e que estabelece uma demarcação temporal relativa aos acontecimentos decisivos explicativos dos acontecimentos futuros. Foi nos primeiros anos da década de 20 que ocorreu uma confluência das reflexões quanto ao fundo comum sobre o qual deveriam ser pensadas as soluções econômicas apropriadas para o desenvolvimento econômico da URSS; tornara-se unanimidade entre os bolcheviques a constatação da impossibilidade da passagem direta, ou do "salto não-dialético",⁹³ para o socialismo. Logo, passara a ser visto como sinal de pobreza teórica e intransigência anti-dialética as proposições que apontavam para a abolição automática do mercado, dinheiro, etc.

Ao mesmo tempo, ainda no terreno dos procedimentos metodológicos adequados, o privilegiamento da discussão da primeira década de 20 é extremamente relevante por ter ocorrido com base numa constatação de ordem teórica decisiva, qual seja, a necessidade de implantação de um desenvolvimento econômico interno sem interrupção das relações com o mundo exterior, atitude que representava o reconhecimento do não isolamento do país como uma componente desse mecanismo desenvolvimentista. Como se sabe, no final deste mesmo período, em paralelo, Stalin lançava os fundamentos de sua teorização da nacionalização do socialismo, o que revelaria quão contraditório ele se colocaria frente às opiniões mais representativas do bolchevismo na época.

Este procedimento metodológico serve, então, de orientação para uma determinada reconstituição do chamado "grande debate da década de 20" transcorrido no seio do Partido Bolchevique e nos organismos do Estado soviético. Tal debate, pelas razões colocadas acima, aparece como contraponto e alternativa fundamental ao encaminhamento econômico conduzido pelo stalinismo já a partir de 1925, isto é, quando as proposições dos autores aqui estudados eram amplamente conhecidas e respeitadas. Ver-se-á criticamente as formulações econômicas consideradas, que incidem na escolha da agricultura camponesa russa como fonte primária de financiamento - segundo diferentes alternativas - do desenvolvimento

⁹³ DAY, Richard. B. *Leon Trotsky on the dialectics of democratic control*. In WILES, P. (ed.), "The soviet economy on the brink of reforms: essays in honor of Alec Nove", Boston, Unwin Hyman, 1988.

industrial, como pré-condição para uma caminhada de desenvolvimento gradual em direção ao socialismo, no contexto das relações econômicas internacionais

Dessa maneira, a reunião das idéias desses autores será feita com a preocupação de localizar as formulações feitas no período mencionado, mediante textos distintos, procurando compor um quadro homogêneo e coerente que poderia ser identificado como a constituição do "modelo" de cada um dos autores em questão relativo à transição e à acumulação socialistas.

Assim, tomar-se-á conhecimento, por intermédio de alternativas desenvolvimentistas econômicas do socialismo, convergentes e conflitantes, tendo como norma orientadora a ótica interpretativa do movimento histórico da teoria da revolução permanente, do conceito de "capitalismo de Estado" de Lenin, da formulação industrializante internacional de Trotsky, do conceito de "socialismo evolucionário" de Bukharin e da "lei da acumulação socialista primitiva" de Preobrazhensky.

Em suma, e este deve ser visto como o propósito fundamental deste capítulo, quer-se destacar soluções propostas que serão confrontadas, no capítulo IV, àquelas implementadas a partir da consolidação da direção stalinista, procurando com isso identificar semelhanças e diferenças que possam explicar as raízes daquele desenvolvimento de tendências deformadoras que conduziu à derrocada soviética ao final de 60 anos.

3.1 A FÓRMULA "PRELIMINAR" DE LENIN: ACUMULAÇÃO PRIVADA, TRIBUTAÇÃO E COOPERAÇÃO COM CAPITALISMO DE ESTADO

O estudo proposto para este capítulo inicia-se por intermédio de determinadas contribuições de Lenin. Considerando o universo dos autores mencionados, adotá-las como referência torna-se obrigatório no que respeita a avaliação das idéias dos mesmos relativamente ao que se antecipou acerca do desenvolvimento econômico soviético. Por um lado, porque partiram da iniciativa de Lenin as proposições que se transformaram nas primeiras medidas oficiais adotadas na URSS associando socialismo e capitalismo, substituindo o modelo em vigência até então, que supostamente representava o socialismo total, o Comunismo de Guerra. E, por outro lado, porque parte dessas concepções, uma vez adotadas emergencialmente, contando com a concordância dos demais autores aqui analisados, estimularam-os a se preocuparem com concepções mais sistêmicas visando o desenvolvimento econômico na transição ao socialismo.

Explica-se: a análise em questão padeceria de coerência se estivesse ausente essa localização cronológica, já que as resoluções adotadas sob influência de Lenin se apresentam como ponto de partida para uma rica construção teórica que viria a seguir, além do que, o próprio Lenin não teria oportunidade de realizar contribuições mais abrangentes em virtude da interferência da doença prolongada que o acometeu e que o levaria à morte em janeiro de 1924. Daí, o caráter "preliminar" daquelas suas contribuições, pois foram as primeiras colocadas em prática na reconstrução pós guerra civil, porque tornaram-se elementos referenciais para os desenvolvimentos teóricos e práticos que se seguiriam à sua aprovação na primavera de 1921 e, também, porque, supõe-se, seriam primeiras análises de Lenin que deveriam formar um conjunto mais abrangente.

Antes de tudo faz-se necessário localizar os contornos teóricos que se apresentam como suportes interpretativos da evolução histórica russa dentro dos quais Lenin faz suas reflexões de ordem econômica relativas ao desenvolvimento soviético. Tratando-se da tomada do poder pelo proletariado num país relativamente atrasado, como bem já se observou no capítulo I, o desenvolvimento econômico espelhará os interesses históricos da classe que dirigira o processo revolucionário.

Desta maneira a burguesia teria seu projeto histórico abortado, o que não significava que, na transição, expressões econômicas e jurídicas capitalistas não pudessem ser empregadas. Se fosse assim, o emprego das mesmas seria conduzido pelo próprio proletariado, o que representaria a *permanência* da revolução dirigida por si próprio. O processo intermitente que transforma a revolução burguesa em revolução proletária por obra da iniciativa da classe operária coloca de forma objetiva a necessidade de um determinado "desenvolvimento" capitalista sem a ação dirigente da burguesia.

Tal era a natureza das condições objetivas que vieram à tona uma vez passado o tormento representado sobretudo pela guerra civil. Por essa razão, como já se destacou aqui, acredita-se que os autores estudados tinham como referência ao efetuarem essa reflexão, negando-a ou adotando-a, explícita e implicitamente, como será visto, o conceito da revolução permanente. Nesse sentido, as palavras de Lenin, diretamente, escritas em outubro de 1921, quando a revolução completava seu quarto aniversário e a NEP dava seus primeiros passos, não deixam margens a dúvidas:

*"(...) A tarefa imediata e direta da revolução na Rússia era uma tarefa democrático-burguesa: derrubar os restos de medievalismo, varrá-los definitivamente, limpar a Rússia dessa barbárie, dessa vergonha, desse enorme entrave para toda a cultura e todo o progresso no nosso país. (...) Os quatro últimos anos confirmaram plenamente a justeza de nossa interpretação do marxismo sobre este ponto, do nosso modo de aproveitar a experiência das revoluções anteriores. Levamos, como ninguém, a revolução democrático burguesa até o fim. É de modo perfeitamente consciente, firme e inflexível que avançamos para a revolução socialista, sabendo que ela não está separada da revolução democrático-burguesa por uma muralha da china, sabendo que só a luta decidirá em que medida conseguiremos (em última análise) avançar, que parte da nossa tarefa infinitamente grande cumprimos, que parte das nossas vitórias consolidaremos. (...)"*⁹⁴

Antes de se prosseguir faz-se necessário algumas palavras a respeito do Comunismo de Guerra. Este foi o termo dado à organização da economia que prevaleceu nos três primeiros anos após a tomada do poder. Representou, na prática, um conjunto de medidas voltadas exclusivamente para o suprimento das frentes de batalha, posto que depois de outubro de 1917 iniciou-se a guerra civil contra a reação que perduraria até 1920. A manutenção do poder em mãos do proletariado, como não poderia deixar de ser, tornou-se o objetivo prioritário.

⁹⁴ LENIN, Wladimir Ilitch. *Para o quarto aniversário da revolução de outubro*. (outubro de 1921). In LENIN, W. I. "Obras Escolhidas", Lisboa, Edições Avante, vol. 3, 1979, p. 544. Grifos no original.

Buscou-se, então, manter em funcionamento as indústrias de guerra e tirar o máximo proveito das escassas reservas visando salvar da fome a população das cidades. De acordo com as palavras de Trotsky "(...) o comunismo de guerra foi, no fundo, a regulamentação do consumo numa fortaleza sitiada. (...)".⁹⁵ Toda a produção tinha sua distribuição centralizada segundo determinações do Partido e do Estado e, particularmente, no que concerne à agricultura, os camponeses entregavam compulsoriamente parte do volume que produziam mediante um confisco determinado pelas autoridades e recolhido pelos destacamentos armados de soldados e operários. Na prática, sobretudo dos cereais, o que era recolhido correspondia a toda a produção que excedia ao consumo familiar do camponês.

Nessa situação particular, deixando-se equivocar pela excepcionalidade, os próprios bolcheviques vislucbraram a possibilidade de implantação de uma economia totalmente dirigida abrangendo a produção, assim como o consumo. E pensava-se que pouco a pouco haveria uma passagem do Comunismo de Guerra para o verdadeiro comunismo. Tratava-se de um erro teórico que adquiria uma caráter de utopia face a falha de uma previsão fundamental, qual seja, a vitória da revolução no ocidente.

Antes de também se equivocar a respeito das possibilidades socialistas do Comunismo de Guerra, Lenin, contudo, tinha consciência de que não seria possível uma passagem direta para uma economia totalmente planejada. São bem conhecidas suas posições em 1917 antes da tomada do poder pelos bolcheviques. Ele acreditava, ao ressaltar a presença de uma população camponesa esmagadora na Rússia, que o mercado deveria se fazer presente ainda por um longo tempo como mecanismo componente da tentativa de solução do problema da fome da população e como fator de impulsionamento da acumulação socialista. Nas célebres *Teses de abril*, que ficaram conhecidas em abril de 1917, a tese de número 8 diz o seguinte: "**Nossa tarefa imediata não é 'introduzir' o socialismo, mas tão-somente passar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos aos soviets dos deputados.** (...)".⁹⁶

Concomitantemente ao fim da guerra civil Lenin voltaria suas atenções para mecanismos econômicos que substituíssem o Comunismo de Guerra, procurando com isso incorporar em suas reflexões a inexorabilidade das condições reais. O fulcro das idéias de Lenin nesta fase a respeito dos mecanismos econômicos que espelhavam a necessidade de utilização dos procedimentos mercantis-capitalistas

⁹⁵ TROTSKY, 1980, op. cit., p. 19.

⁹⁶ LENIN, W. I. *As teses de abril*. In LENIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo, Kairós, 1979, p. 27. Grifos no original.

no palco do primeiro Estado operário da história da humanidade, pode ser encontrado em dois textos aparecidos no período março-abril de 1921. Os mesmos deram o suporte conceitual e argumentativo aos decretos que formalizaram a implementação do modelo econômico que ocuparia o lugar do Comunismo de Guerra, a qual passou a ser conhecida como a Nova Economia Política (NEP). Trata-se do *Relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie e d'O imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições*.⁹⁷ Se bem que a NEP não tenha sido estabelecida em todos os seus elementos constitutivos de uma única vez, mas, sim, gradualmente, através de medidas parciais, estes dois textos podem ser considerados como portadores de sua concepção genérica.⁹⁸

Pode ser afirmado de ante-mão que a rejeição de uma interpretação rígida da teoria do modo de produção levou Lenin a considerar como indispensável em suas reflexões sobre a organização da economia soviética a **dialética da economia de transição**. Mesmo concluindo que o modo de produção soviético pressupunha um Estado socialista, inferiu que um sistema econômico internamente contraditório, com uma combinação de vários modos de produção, não deveria ser artificialmente inserido dentro de um formato socialista "puro". Disto decorre que o elemento teórico que justificaria a planificação socialista, segundo aquele formato, seria incompatível com as necessidades originadas das circunstâncias empíricas.⁹⁹

Por seu lado, essas "circunstâncias empíricas" adquirem o estatuto de formações econômicas que pedem o desenvolvimento, até determinados limites, de relações mercantis-capitalistas. Então, a dialética da economia de transição deverá traduzir a contradição representada pela utilização de mecanismos inerentes à economia capitalista e individual, da própria burguesia e do produtor privado enquanto expressão social do conhecimento econômico, num Estado onde a burguesia não detém o poder político.

Acredita-se, é uma convergência com o sentido da revolução permanente. Lenin afirma que num país atrasado, em que sua população é majoritariamente constituída de pequenos camponeses, há a exigência de uma série de medidas transicionais para que a revolução socialista tenha êxito. São medidas chamadas

⁹⁷ LENIN, W. I. *Relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie - X Congresso do PCR(b)*. (março de 1921). Idem, pp. 474-485; *O imposto em espécie: o significado da Nova Política Econômica e suas condições*. (abril de 1921). In BERTELLI, Antonio Roberto (org.), "A Nova Política Econômica (NEP)", São Paulo, Global, 1987.

⁹⁸ A primeira resolução sobre a NEP foi submetida ao Comitê Central do partido em 24 de fevereiro de 1921. Ver CARR, E. H. *A revolução bolchevique: 1917-1923*, Porto, Afrontamento, vol. 2, 1979, pp. 298 et seq.

⁹⁹ DAY, 1988, op. cit., pp. 3-6

por ele de "especiais" pela simples razão de que o proletariado, ou os trabalhadores assalariados, inclusive na agricultura, não constituem a maioria da população e, por conseguinte, encontrava-se ausente da Rússia a base de apoio para uma transição "direta" ao socialismo, dado que esta maioria só seria encontrável num país capitalista desenvolvido, isto é, naqueles onde as relações pré-capitalistas já estivessem completamente sepultadas.¹⁰⁰

Por isso, afirmará conseqüentemente que o Estado teria o regime da ditadura do proletariado, devendo este último formar uma aliança com o campesinato. Tratava-se, de fato, de um acordo, o qual espelharia um conceito amplo que comportaria uma série de medidas transitórias. Este acordo seria muito mais significativo diante do adiamento da perspectiva internacionalista da revolução proletária. Posto que esta implicava a tomada do poder pelo proletariado nos países capitalistas desenvolvidos da Europa, a sua concretização deveria resultar no exercício de uma natural solidariedade com a URSS na forma da transferência das forças produtivas desenvolvidas para o território soviético, o que, sem dúvida, dispensaria consideravelmente a utilização daquelas medidas "especiais".

Se a revolução Russa levara a cabo a realização de uma tarefa típica fundamental da burguesia nos países que conheceram pioneiramente o capitalismo, qual seja, a democratização da terra, por outro lado, uma situação objetiva, com dois componentes, apresentava-se inapelavelmente. Tratava-se, obviamente, em primeiro lugar, de um elemento não presente no escopo teórico da revolução permanente. Refere-se à imensa destruição operada no espaço econômico soviético pelas ações inerentes à primeira guerra mundial e à guerra civil, transcorridas continuamente no período 1914-1920, resultando numa enorme retração da produção agrícola e industrial, e colocando na ordem do dia a necessidade de utilização de meios que forçassem a retomada da produção como condição obrigatória de garantia de existência dos próprios indivíduos. Em segundo lugar, destacava-se um elemento "natural" da moldura teórica da revolução permanente. Inerente ao atraso econômico, expressava a tradução da objetividade histórica imposta por intermédio da cultura e da psicologia camponesas, conformadoras do espírito individualista da acumulação e da livre iniciativa próprios do ambiente mercantil.

Falando como um porta-voz do proletariado, ressaltando a necessidade do cancelamento do expediente das requisições compulsórias dos excedentes agrícolas que vigoraram durante o comunismo de guerra, Lenin diz:

¹⁰⁰ LENIN, W. I, 1979, op. cit. p. 474.

"(...) Em todo o caso não devemos ocultar nada, mas devemos dizer diretamente que o campesinato está descontente com a forma das relações estabelecidas entre eles e nós, que não quer esta forma de relações e que não está disposto a continuar assim. Isto é indiscutível. Esta vontade manifestou-se determinantemente. É a vontade das enormes massas da população trabalhadora (...) Repito que isto não é de estranhar, porque a obra da transformação do pequeno agricultor, da transformação de toda a sua psicologia e de todos os seus hábitos, é obra de várias gerações. Só a base material, a técnica, a utilização em grande escala de tratores e máquinas na agricultura, a eletrificação em grande escala, podem resolver este problema em relação ao pequeno agricultor, sanear, por assim dizer, toda a sua psicologia. Eis o que poderia transformar radicalmente e com enorme rapidez o pequeno agricultor. Se eu digo que são necessárias gerações, isto não significa que sejam necessários séculos. Compreendeis perfeitamente que, em qualquer caso, são precisos pelo menos vários decênios para conseguir tratores e máquinas e eletrificar um país imenso. Tal é a situação objetiva (...)".¹⁰¹

Contraditoriamente previsto pela teoria da revolução permanente, uma forma particular de desenvolvimento capitalista deveria ser realizado no espaço de um Estado formalmente socialista. Formal não no sentido de apresentar-se como uma situação de direito, mas, antes de tudo, por espelhar a concretização de relações jurídicas quanto à posse dos meios de produção, agora socializados, possibilitada pela detenção do poder político. Este desenvolvimento teria lugar, num primeiro momento, mediante a liberdade restabelecida de circulação de mercadorias para o pequeno produtor privado.

Isto significa o incentivo à circulação de mercadorias, da qual participaria também o Estado se pudesse reter em suas mãos uma parcela da produção daqueles que naturalmente seriam levados às trocas de mercadorias. Esta retenção representaria uma pré-condição para que o Estado pudesse acionar a indústria estatal, produzindo as mercadorias constituidoras da demanda industrial do camponês e, assim, adquirindo nas trocas de mercadorias um poder econômico inerente ao poder político do proletariado que sairia fortalecido sem fer suas raízes comprometidas.

A reativação da circulação de mercadorias torna-se, como já se observou, uma necessidade imperiosa, antes de adquirir a condição normativa de peça perfeitamente lógica no mecanismo econômico soviético. O retorno das trocas de mercadorias, que deveria provocar, antes de tudo, um incentivo ao camponês, elevando a produção agrícola e permitindo a formação de excedentes co-

¹⁰¹ Ídem, pp. 475 e 476.

mercilizáveis, foi possível mediante um expediente tributário simples, porém incomum para o século 20, mesmo que se considere a Rússia da década de 20 um país fortemente pré-capitalista: o *imposto em espécie* sobre a produção agrícola, na verdade uma variante de imposto direto pago com o próprio bem produzido. Este imposto suprimia imediatamente parte da demanda alimentar das populações urbanas e do proletariado e permitiria o fornecimento de matérias primas à indústria num primeiro estágio da recuperação econômica. O excedente líquido não consumido pelo camponês ganharia o caminho das trocas comerciais livres, o que só seria possível em presença do dinheiro que deveria ter suas funções primordiais de meio de troca e reserva de valor restaurados. De posse do dinheiro o camponês voltaria-se para às indústrias em busca de bens de consumo pessoal manufaturados e equipamentos, além de outros bens agrícolas industrializados. A indústria teria, então, imediatamente, um fator estimulador da sua reativação.

Segundo a avaliação de Lenin, no período que se iniciava imediatamente após o fim da guerra civil, a grande indústria, majoritariamente estatal, não poderia ser recuperada rapidamente e, assim, o auxílio para o indispensável crescimento das forças produtivas da agricultura aconselhava, no curtíssimo prazo, a restauração da pequena indústria. Entende-se que, provisoriamente, nem toda demanda industrial da economia agrícola poderia ser preenchida, questão que reforçava a presença do imposto, mas, por sua vez, apontava para a necessidade de criação dos meios que conduzissem à instalação das fundações da verdadeira modernização soviética, ou seja, à industrialização do país em grande escala.

Não é possível admitir socialismo sem industrialização, já dizia Marx. Pela simples razão de que o socialismo representa a consequência da expansão do capitalismo, só a utilização das forças produtivas em nível igual ou superior àquelas mais desenvolvidas que este último possa alcançar podem caracterizar um país como verdadeiramente socialista no que se refere ao seu conteúdo econômico. Antes que isso possa acontecer, um país que tenha feito uma revolução, na qual os trabalhadores assumam o poder e socializem os meios de produção, estará apenas transitando para o socialismo.

É baseado nesta percepção que Lenin elabora o segundo pilar de seu arcabouço desenvolvimentista, sendo este voltado, principalmente, para o crescimento industrial numa etapa que poderia ser chamada de lançamento das bases da industrialização. Aqui é necessário destacar que este objetivo está relacionado com a utilização da capacidade de organização econômica permitida pela condição de classe dominante exercida pelo proletariado. As forças produtivas industriais que pertenciam exclusivamente ao Estado não padeciam dos problemas

inerentes à atomização das unidades produtivas verificada no campo. Relativamente à agricultura, a indústria apresentava-se como sua antítese, o que possibilitava outra racionalidade econômica, ou seja, aquela implícita à objetividade, à previsão e ao direcionamento consciente da produção. Se na agricultura, embora sob determinadas restrições, prevalecia o espontaneísmo peculiar à iniciativa privada, na atividade industrial deveria se fazer presente com mais ênfase o direcionamento conduzido pelo Estado operário em busca de objetivos previamente estabelecidos, o que implicaria o emprego da noção de planificação socialista.

Embora se destaque essa preocupação de reter nas mãos do Estado socialista a orientação do processo de desenvolvimento industrial, a solução avançada por Lenin, contraditoriamente, significava o recurso à medidas organizativas de caráter capitalista. Lenin propunha que o Estado entregasse conscientemente parte de suas indústrias à burguesia, segundo determinada fórmula, sem transferir-lhes a propriedade das mesmas. Levando em conta o atraso histórico da URSS, se espelhava naquilo que havia de mais desenvolvido em termos da organização da produção e das forças produtivas nos países capitalistas mais avançados.

Lenin pensava no "capitalismo de Estado", que, segundo ele, expressava o mecanismo mais "progressista" da regulação econômica em determinados países capitalistas desenvolvidos. Apesar do corte cronológico aqui adotado, na verdade, a conceituação do capitalismo de Estado já fora efetuada por Lenin anteriormente a 1921, particularmente em textos editados durante o ano de 1918 quando de sua polêmica com os Comunistas de Esquerda, que tinham em Bukharin um de seus principais líderes, a respeito do conceito da transição ao socialismo. Preocupava-se principalmente com a Alemanha no contexto da etapa *imperialista* na qual mergulhara o capitalismo a partir do início do século XX como ele próprio conceituara em seu importante livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Constata, então, que a trustificação das unidades produtivas, característica peculiar das empresas capitalistas privadas nesta nova fase da monopolização da economia, em face, sobretudo da preparação imperialista da guerra, conforma-se num "truste capitalista de Estado" cujo desenvolvimento mais completo apresenta-se enquanto um processo de centralização acelerada da atividade econômica.¹⁰²

Segundo Victor Meyer Nascimento, autor de uma recente dissertação de mestrado sobre a economia da URSS, a política desta época é marcada pela orientação das posições de Lenin que consistia em desenvolver o capitalismo rumo

¹⁰² Ver GERRATANA, V. *Estado socialista e capitalismo de Estado*. In BERTELLI, 1987, op. cit., p. 19.

ao capitalismo de Estado e deste em direção ao socialismo. O objetivo seria o de concentrar a indústria na linha do capitalismo de Estado, mas apresentava-se, também, especialmente, como o *controle operário* sobre o capitalismo de Estado. Tratava-se, então, no que respeita às diretrizes da política industrial, de forçar a passagem do capitalismo privado e da pequena produção para o capitalismo de Estado, de não temer o capitalismo, mas de controlá-lo. O autor ressalta, então, que essa política suscitava duas ordens de questões: uma teórica, relativa ao fenômeno do capitalismo de Estado, nestas condições, algo novo e paradoxal, e uma segunda, histórica, remetida à constatação do propolado controle do capitalismo de Estado pelos trabalhadores como determinado pelos decretos legais que estabeleceram a implantação da NEP.¹⁰³

Em certa medida pode-se afirmar que o capitalismo de Estado, tal como se configurou em determinados países capitalistas desenvolvidos, representava um regime de acumulação capitalista no qual temporariamente o Estado ocupava a função de regulador, substituindo parcialmente a lei do valor no processo de acumulação. Contudo, na situação soviética, de acordo com a argumentação de Lenin, os meios de produção estavam socializados e a acumulação teria, mesmo diante da unidade dialética contraditória que reúne elementos capitalistas e socialistas, obviamente, uma conotação socialista, num sentido tal em que a lei do valor estaria submetida ao planejamento objetivando sua supressão, enquanto que no capitalismo de Estado o planejamento a substitui dentro de certo espaço de tempo, mas a preserva para sua posterior reabilitação plena.

Ao mesmo tempo, depreende-se que ao interior da formulação de Lenin o significado da planificação econômica soviética nesta fase teria como tradução a iniciativa voltada para a implantação de uma versão particular do "capitalismo de Estado". Isso porque nos países capitalistas adiantados, que serviam como modelo para Lenin, a evolução até à possibilidade do capitalismo de Estado significou um desenvolvimento histórico natural do modo de produção capitalista de tal forma que a concentração e a centralização do capital assumem a forma de uma monopolização extrema da economia. Em virtude do atraso histórico russo, no qual era possível constatar-se a inexistência do próprio mercado interno, um "capitalismo de Estado" não poderia passar a existir espontaneamente mesmo que as barreiras pré-capitalistas fossem abolidas radicalmente, o que, diga-se de passagem, não aconteceu imediatamente depois do advento da revolução proletária. E, além disso, no caso concreto da situação pós-revolucionária esta hipótese seria totalmente remota em virtude da consolidação do poder nas mãos dos Bolcheviques sob a

¹⁰³ MEYER NASCIMENTO, Víctor, A. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador, Curso de Mestrado em Economia/UFBA, dissertação de mestrado, 1993, pp. 45-50.

formulação da ditadura do proletariado. Assim, de posse do controle dos meios de produção, sobretudo aqueles pertencentes ao meio industrial, o capitalismo de Estado sobre solo russo deveria ser "criado", ou "inventado", conhecendo sua gênese a partir de uma iniciativa consciente do poder estatal tendo como base os traços da grande indústria já presentes na Rússia antes da revolução de 1917.

A adaptação do conceito de capitalismo de Estado a um modelo de desenvolvimento econômico para a URSS significava para Lenin que "(...) *todo o problema - tanto teórico como prático - está em encontrar os métodos certos para levar o inevitável (até certo grau e prazo determinado) desenvolvimento do capitalismo em direção ao capitalismo de Estado, e definir em que condições fazê-lo e como assegurar, num futuro próximo, a transformação do capitalismo de Estado em socialismo. (...)*".¹⁰⁴

Há que se afirmar, contudo, que o capitalismo de Estado proposto por Lenin referia-se a um dos elementos de economia social a se fazer presente na URSS, juntamente com a economia camponesa patriarcal, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado e o socialismo. Tratar-se-ia, bem entendido, de um setor particular da economia, embora de importância estratégica decisiva, não significando a definição de um suposto modo de produção existente no espaço soviético. Tanto é verdade que Lenin faz questão de ressaltar que este seria um capitalismo de Estado especial ou particular. Afinal, na URSS a burguesia teria tão somente a autorização para organizar e administrar determinadas unidades produtivas fabris e comerciais, com a contrapartida do lucro, é verdade, mas não se constituiria numa classe dominante que disporia do aparelho de Estado para seus propósitos políticos. Além do mais, socialismo e capitalismo de Estado não deveriam ser entendidos como um bloco homogêneo. Eles deveriam ligar-se entre si, mas guardariam posição de exclusão um perante o outro.

Dessa maneira, não é possível deixar de observar, na construção da fórmula do "capitalismo de Estado" soviético, a preocupação leninista de traduzir em mecanismos econômicos, práticos e factíveis, o conteúdo da teoria da revolução permanente que supõe a passagem do país ao socialismo com a exigência do desenvolvimento das forças produtivas ainda em caráter capitalista, mas sob condução do proletariado. E pode-se afirmar, também, que esse mecanismo de desenvolvimento é inerente à necessidade de uma acumulação socialista primitiva. Lenin preocupava-se com a formação de uma base para o desenvolvimento

¹⁰⁴ LENIN. 1987, op. cit., p. 159.

industrial. Esta deveria ser constituída, em parte, pelo capitalismo de Estado lançando mão da exploração do trabalho assalariado, quer dizer, recorrendo à mais-valia como fonte de excedente. Porém, deve-se afirmar que este não seria um privilégio das empresas sob o capitalismo de Estado, das empresas cedidas sob concessão aos capitalistas, mas também das próprias empresas estritamente estatais que continuariam a empregar seus trabalhadores sob a condição de assalariados, isto é, percebendo um salário individual.

O principal mecanismo operacional deste processo são as concessões, que seriam acordos que o poder proletário firmaria com o capitalismo de Estado, na verdade, apresentando-se como seu implantador. Em 1921 Lenin acreditava que a situação internacional da URSS tinha melhorado consideravelmente em termos de uma ameaça de intervenção estrangeira ou de um cerco econômico. Isso solucionava, em certa medida, o problema da obtenção de mercadorias para a satisfação do direito da liberdade de comércio pela oportunidade que dava ao poder proletário de estabelecer medidas econômicas, pelo alto, na forma de um bloco com o capital estrangeiro, que poderiam levar imediatamente recursos para o interior da economia soviética no sentido da recuperação mais rápida da indústria:

"(...) O que são as concessões nas condições do sistema soviético, a partir do enfoque das formações econômico-sociais e da correlação entre elas? Representam um acordo, um bloco, um pacto do poder soviético, ou seja, do poder estatal proletário com o capitalismo de Estado, contra o elemento pequeno-proprietário (elemento patriarcal e pequeno-burguês). O concessionário é um capitalista. Dirige as empresas à maneira capitalista, com o objetivo de obter lucro, estabelecendo um acordo com o poder proletário tendo a finalidade de obter lucros extras, superlucros, ou tendo a finalidade de obter um tipo de matéria-prima que não poderia obter ou dificilmente conseguiria de outro modo. O poder soviético obtém vantagens na forma de desenvolvimento das forças produtivas, do aumento imediato ou a curto prazo da quantidade de produtos. (...)".¹⁰⁵

É importante ter em mente que uma peça do mecanismo econômico proposto por Lenin a ser implementado, aquele representado pela adoção do imposto em espécie, deveria responder à necessidade de desenvolvimento do socialismo, valendo-se do meio pequeno-burguês, mas procurando conduzi-lo ao desaparecimento como norma. Este desaparecimento, quando concretizado, estaria a demonstrar que determinadas condições econômico-sociais já estariam estabelecidas. Isto porque, quando Lenin falava dos acordos especiais que o

¹⁰⁵ idem. pp. 159-160.

proletariado deveria encetar com o campesinato, queria chamar atenção para o caráter contraditório das relações entre as classes dentro do universo soviético.

Seria uma forma de ressaltar os conflitos entre duas tendências econômicas que se opõem, o elemento individualista pequeno-burguês e o elemento socialista proletário. Com base no interesse individual, visando o incentivo pessoal, apoiadas no cálculo econômico, deveriam ser lançadas as pontes que conduziriam, num país de pequenos camponeses, ao socialismo através do capitalismo de Estado.¹⁰⁶ Este processo representaria não uma passagem, como se fosse uma metamorfose, do meio pequeno-burguês em socialista, mas, antes de tudo, uma luta entre as duas partes, na qual a expressão socialista partia em vantagem em face do controle que exercia sobre o poder político e as principais forças produtivas.

Uma conclusão importante a ser extraída dessa interpretação acerca da qualidade das relações sociais na URSS é aquela que nos indica um nítida rejeição por parte de Lenin de um "monismo" teórico que descarta a contradição e, portanto, justificaria a possibilidade da passagem ao socialismo sem a transição. Em particular, a título de contraponto, semelhante argumentação foi defendida por Bukharin na polêmica com Lenin já mencionada. E até 1920, quando publicou seu conhecido *Teoria econômica do período de transição*,¹⁰⁷ ainda defendia tal argumento. Neste, Bukharin procura defender a existência de uma "unidade" nas relações sociais dentro da Rússia pós-revolucionária, fato que descartaria a possibilidade da coexistência em seu interior do capitalismo de Estado com os fundamentos da ditadura do proletariado; em outras palavras, esta unidade revelaria a não necessidade de uma economia transicional mista. Esta sua visão surgira da sua interpretação de que nos Estados capitalistas se formara um "capitalismo coletivo", o qual representaria um sistema englobando todas as manifestações capitalistas particulares em nome de uma razão universal do Estado imperialista. Por analogia, a ditadura do proletariado seria um regime tão universal quanto aquele, representando um capitalismo de Estado às avessas, dialeticamente convertido em seu oposto. Este é, sem dúvida, um desenvolvimento teórico que nega a transição. Onde a forma prevalece sobre o conteúdo.¹⁰⁸

Na compreensão da transição em Lenin há uma prioridade para os elementos concretos da realidade, daí o desdobramento dessa análise, em termos da política

¹⁰⁶ LENIN, W. I. *Para o quarto aniversário da revolução de outubro*, op. cit., p. 549.

¹⁰⁷ *Economics of the transition period*. In BUKHARIN, Nicolai. I. "Selected writings on the state and the transition to socialism", DAY, R. B. (ed.). New York, M. E. Sharpe, 1982. *Teoria econômica do período de transição*. In BUKHARIN, N. I. "Bukharin - Economia", GORENDER, Jacob (org.), São Paulo, Ática, 1990.

¹⁰⁸ DAY, 1988, op. cit., p. 7.

econômica, em procedimentos revestidos de ênfase no pragmatismo. Sua análise é menos abstrata e as formas adotadas estão despidas do purismo presente nas análises de outros de seus companheiros. Rejeitada a possibilidade de uniformidade, Lenin fará questão de destacar que, com a implantação do capitalismo de Estado na forma de concessões, haveria um fortalecimento da grande produção contra a pequena, da produção avançada contra a atrasada, da produção centrada na maquinaria contra aquela realizada manualmente e, assim, reforçando as relações econômicas reguladas pelo Estado operário contra aquelas pequeno-burguesas anárquicas. Este seria o resultado positivo que o socialismo adquiriria por ter que pagar um "tributo" ao capitalismo mais culto e adiantado da Europa ocidental, pois o Estado não dispunha suficientemente de capital, máquinas, meios de transportes, etc.¹⁰⁹

Antes de se passar ao terceiro dispositivo importante do modelo leninista de desenvolvimento, a cooperação, convém falar rapidamente de outro instrumento fundamental de política econômica incorporado ao modelo de Lenin e que é adotado também pelos demais autores aqui estudados como uma questão de princípio poucas vezes revisada por eles. Trata-se do monopólio do comércio exterior, sem o qual não seria possível estabelecer meios eficientes para a proteção e organização da economia interna contra os efeitos da lei do valor em seus movimentos originados do mercado mundial. Sabidamente, a economia soviética, em particular sua indústria, em face do atraso de suas forças produtivas em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos, estava em enorme desvantagem no processo competitivo.

A inexistência de uma barreira protecionista eficaz implicava diretamente na impossibilidade da construção das fundações de uma indústria nacional tão necessária e almejada. Ademais, no caso das posições de Lenin, o monopólio do comércio externo a disposição do Estado apresentava-se como um complemento natural do papel orientador do poder político em relação ao desenvolvimento e no exercício de seu papel de planejador da economia. Nem as mercadorias exportadas, quase todas originárias do setor primário, em particular da agricultura, nem aquelas importadas para a indústria e para o consumo interno, poderiam contar com a participação de empresas privadas, fossem estas industriais ou comerciais. Vê-se, portanto, que a restauração da liberdade de comércio a partir da NEP foi circunscrita ao mercado interno.

¹⁰⁹ LENIN, 1987, op. cit., pp. 160-161.

Numa das raras oportunidades em que foi proposta a flexibilização daquele monopólio, Lenin, num de seus últimos documentos, argumentou que qualquer outra forma de protecionismo na Rússia daquela época, como por exemplo uma política aduaneira, seria completamente fictícia para extrair parte dos lucros auferidos pelos capitalistas nas transações de mercadorias com o exterior. A abertura, mesmo que parcial das fronteiras, traria perigos graves por permitir a penetração na Rússia, sem a menor possibilidade de controle, da pequeno-burguesia e de agentes de todo gênero vinculados ao exterior.¹¹⁰

Em maio de 1923 Lenin dá a conhecer seu texto *Sobre a cooperação* que praticamente seria sua última contribuição para a organização econômica nesta fase da transição ao socialismo.¹¹¹ Neste texto, objeto de interpretações variadas após a sua morte, ele aprofunda seu entendimento a respeito do papel da *cooperação* como um importante fator para o desenvolvimento do socialismo, em particular porque vê esta forma de reunião dos agentes econômicos de determinado setor da economia como bastante vantajosa na condução da economia pequeno-burguesa para o socialismo. Em outras palavras, tratar-se-ia de mecanismo poderoso no sentido de neutralização das atividades hostis do elemento pequeno-burguês contra o socialismo e, assim, apresentar-se-ia como insubstituível para a concretização de um resultado vitorioso do socialismo contra o mercado e o seu regulador determinante, a lei do valor.

A NEP só poderia obter êxito por intermédio da liberdade de comércio e do exercício da livre iniciativa, portanto, com a manifestação do direito da acumulação privada para milhões de indivíduos. Estas categorias do mundo mercantil forneciam, evidentemente, o combustível necessário para o fortalecimento das tendências capitalistas na economia soviética contra as tendências socialistas. O poder operário, em seu objetivo de dispor dos excedentes gerados na agricultura, sobretudo, como fonte de financiamento da industrialização, e procurando transformar esses agentes que atuavam sob o regime da acumulação privada em elementos socialistas, teria que lançar mão de mecanismos de **verificação** e **controle** sobre os mesmos procurando subordiná-los aos interesses históricos principais. Para Lenin, o melhor caminho para isso seria a concretização da cooperação, extensivamente, a via "*mais simples, fácil e acessível para o camponês*".¹¹² e passaria pelas práticas de convencimento, assentadas nos meios materiais, quer dizer, desideologizadas e amplamente democráticas.

¹¹⁰ LENIN, W. I. *Sobre o monopólio do comércio externo*. (dezembro de 1922). In LENIN, 1979, op. cit., pp. 614-617.

¹¹¹ LENIN, W. I. *Sobre a cooperação*. In LENIN, W. I. "Obras escolhidas", São Paulo, Ed. Alfa-Omega, v. 3, 1980, pp. 657-662.

¹¹² *Ibidem*, p. 657.

Lenin vislumbra no princípio "cooperativo" a forma mais prática e eficiente de reunião de "verdadeiras massas da população". Toda uma série de medidas diferenciadas deveriam ser implementadas para as cooperativas, significando, por exemplo, apoios na forma de créditos, assistência técnica, orientação de comercialização, etc, numa situação de privilégios ante as empresas privadas e até mesmo com relação a indústria pesada estatal.

Não resta dúvida que Lenin vislumbrava o desenvolvimento da cooperação como um processo de muitos anos, para o que seria necessário uma certa etapa de reconstrução/construção industrial. Sem esta etapa os meios materiais, evidentemente, não poderiam ser oferecidos no sentido da aquisição de uma garantia de maior comodidade e melhoria das condições de vidas de amplas massas, quer dizer, da ampla maioria da população, que seriam canalizadas mediante este processo para o socialismo.

Mas o conceito de cooperação tem para Lenin o próprio significado de socialismo. Tem não apenas um caráter material, mas também o sentido de uma revolução cultural. As empresas cooperativas são equiparadas a empresas coletivas pelo fato de que os meios de produção que elas empregam pertencem ao Estado, à classe operária. Assim, o crescimento da cooperação teria como consequência inevitável o crescimento do socialismo e, a partir disto, desde que não houvesse a restrição internacional representada pela ameaça permanente de uma ação militar e econômica contra o Estado soviético, seria necessário mudar radicalmente o ponto de vista completo sobre o socialismo, que seria a transferência do centro de gravidade da esfera política, da conquista do poder, para a da ação "cultural".¹¹³

¹¹³ Ibidem, pp. 661-662.

A análise conduzida até o presente permite o delineamento de um modelo leninista de desenvolvimento econômico voltado para a construção do socialismo na URSS. Partindo do reconhecimento da necessidade da coexistência, em termos concretos, de categorias mercantis-capitalistas e socialistas, num universo político em que a burguesia estaria desprovida do poder, Lenin chama a atenção para a função fundamental da classe operária e de seu poder no sentido de conduzir o desenvolvimento capitalista, no interior do espaço socialista, a um desfecho favorável à concepção de uma sociedade igualitária.

Como não poderia ser diferente, esse modelo reflete um conjunto de relações sociais conflituosas e, portanto, contraditórias. Mas, a simples colocação da questão do desenvolvimento socialista segundo esta formulação leva ao aparente paradoxo representado pela possibilidade de realizá-lo mediante um procedimento que incorpora em grande monta meios opostos ao objetivo desejado. Entretanto, considerando a essência do próprio movimento histórico como descrito pelo marxismo, o que se verifica como resultado é, antes de tudo, a contradição e não a sua impossibilidade. Antes que se possa postular a construção do socialismo utilizando-se do próprio capitalismo, a coexistência dessas duas tendências antagônicas já se faz presente ainda enquanto o modo de produção capitalista persiste enquanto tal.

No país atrasado que faz sua revolução proletária, o meio mercantil, com seu expoente principal, o mercado, e outras categorias que lhes são inerentes, marcam presença num ambiente de relações econômicas heterogêneas. A organização econômica assim concebida é dirigida, contudo, pela expressão socialista, que se apresenta por intermédio das relações socialistas dominantes tanto no campo econômico quanto no campo político desta sociedade contraditória. É uma organização de transição que deveria tender ao desaparecimento mediante a ampliação permanente dos elementos socialistas, cujo fim perseguido representa uma determinada homogeneidade dos procedimentos econômicos.

Sob tal pressuposto pode-se identificar em Lenin três elementos principais nas suas reflexões na linha constitutiva de um modelo de desenvolvimento, ou de seu modelo associado à efetivação da primeira etapa da acumulação socialista. São eles, o *imposto em espécie*, o *capitalismo de Estado* e a *cooperação*. É necessário, portanto, verificar em que sentido essa formulação torna-se coerente.

Não resta dúvida de que Lenin pensou no mercado como categoria orgânica fundamental que deveria cumprir na URSS funções *equivalentes* àquelas que orientam o movimento do capital numa economia burguesa. Em primeiro lugar,

porque a liberdade de acumulação privada e do livre comércio, voltada sobretudo para a pequena produção agrícola (elemento pequeno-burguês), tem no mercado um sistema próprio em que sua internalidade é o elemento determinante da produção e da acumulação. Em segundo lugar, porque para as demais empresas não pertencentes à economia agrícola, destacando-se as unidades de produção industriais estatais (elemento socialista) e aquelas constitutivas do capitalismo de Estado, o mercado é um fator orientador para a eficiência, qualidade, lucratividade, quer dizer, para que o cálculo econômico possa ser praticado.

Para estes dois últimos tipos de empresas o mercado é um fator externo, não constitui para as mesmas um sistema próprio, mas aparece perante elas decisivamente. Entretanto, a lei do valor regula a produção neste estágio do desenvolvimento socialista apenas relativamente, dado que o Estado detém o monopólio do comércio externo e dos principais meios de transportes, a propriedade das unidades industriais e "escolhe" as unidades que serão entregues aos capitalistas sob concessão na conformação do capitalismo de Estado.

A lei do valor, como não poderia deixar de ser, tem maior grau de liberdade implicitamente às atividades da produção mercantil camponesa. Ao camponês não é determinado pelo Estado o que produzir e quanto produzir. E o preço que recebe pelo seu produto também tem sua formação final no mercado. As únicas "interferências" sobre sua "livre iniciativa" são a obrigação de entregar ao Estado, sob a forma do imposto em espécie, uma parte de sua produção e a restrição na utilização do trabalho assalariado, além do que não pode exportar diretamente sua mercadoria. É possível depreender, dessa maneira, que estas duas interferências podem ser considerados como limites, pelo lado estatal, à acumulação privada no campo.

Já no que respeita à economia estatal e ao capitalismo de Estado há uma evidente regulamentação. Estão presentes quase exclusivamente no setor industrial. A indústria é o objetivo a ser perseguido, no longo prazo, enquanto lógica econômica socialista e, no curto e médio prazos, enquanto dispositivo principal da dinâmica econômica. Aqui, mesmo que o mercado seja um fator referencial importante, o que produzir e quanto produzir dependem, antes de tudo, de decisões estratégicas relacionadas com a construção socialista.

A redução da influência da lei do valor é inversamente proporcional ao crescimento do setor estatal da economia. Este, ao se ampliar, induz a utilização cada vez mais extensiva dos métodos da planificação econômica, que, num primeiro momento, segundo a proposição de Lenin, estaria praticamente circunscrita à

implantação do capitalismo de Estado. O crescimento do próprio capitalismo de Estado não tem nada de diferente da ampliação da economia estatal em termos do decréscimo da influência da lei do valor.

Como já se viu, o capitalismo de Estado, operacionalmente, significa, preliminarmente, ampliação da grande indústria nacional a partir de capitais privados externos, além da gestão realizada pelos proprietários desses mesmos capitais, ou seus representantes, sobre as empresas cedidas sob concessão. Estes capitais recebem uma remuneração na forma dos lucros, totais ou parciais, gerados nas empresas contratadas, a depender da situação. Certamente, em condições normais, esses lucros serão remetidos para seus locais de origem no exterior. Por outro lado, qualquer parte do lucro retido pelo poder soviético se transformará em nova acumulação, quer seja na própria empresa geradora, ou em outra, segundo a decisão estratégica orientada por um plano econômico. Mas é fácil perceber que o controle do capitalista sob essa unidade econômica a qual dirige é limitado, embora atue num regime de liberdade relativa, pois participa de um determinado mercado do qual é um ofertante, podendo vir a ser, inclusive, um monopolista e, por isso, obter um superlucro. Como o próprio Lenin deixou bem claro, a ditadura do proletariado tinha consciência do "tributo" que deveria pagar ao capitalismo mais culto e adiantado, daí o privilégio que esse setor da economia poderia obter.¹¹⁴

O funcionamento das unidades produtivas sob o capitalismo de Estado é regulado por um contrato firmado entre o governo soviético e os capitalistas por um prazo determinado, o qual estabelece o produto a ser fabricado, o fornecimento da matérias primas e insumos, as condições de utilização da mão-de-obra, critérios de expansão da planta, etc. Ao final desse contrato, que a princípio o governo soviético tem um interesse de duração relativamente longo, a economia estatal absorverá uma unidade produtiva pronta e em pleno funcionamento, significando o cumprimento de uma determinada etapa na expansão das forças produtivas internas. É possível supor, também, em função de interesses estratégicos, a interrupção do contrato por iniciativa do Estado, com uma indenização ao capitalista concessionário, depois de decorrido certo tempo de funcionamento da empresa.

O processo industrializatório, que na visão leninista tem no capitalismo de Estado o seu principal eixo num período determinado, objetiva a criação de uma oferta de produtos industriais à economia camponesa e, por essa razão, possibilitar ao Estado participar das trocas internas, viabilizando a circulação de mercadorias. Se a indústria não fosse recuperada e, além disso, não experimentasse um

¹¹⁴ LENIN, W. I. *Teses do relatório sobre a tática do PCR - III congresso da internacional comunista*. (junho de 1921). In LENIN, 1979, op. cit., pp. 525-531.

crescimento, a economia agrícola produziria somente para a subsistência, ou, quando muito, ficaria estagnada, limitando o abastecimento alimentar do setor urbano da nação. Entretanto, em tese, a expansão da acumulação agrícola deveria impulsionar o crescimento da indústria.

Todavia, a expansão industrial apoiada na agricultura é limitada pela natureza desta última. Baseada na iniciativa privada e no mercado livre, a economia agrícola está permanentemente sujeita às oscilações particulares dos ciclos econômicos inerentes à lei do valor. A agricultura camponesa, ao contrário da indústria, representava a atomização das unidades produtivas. Entre todos os setores econômicos era aquele que dispunha da maior liberdade para a ação da livre iniciativa e do interesse individual. Era o setor de composição pequeno-burguesa por excelência e, por conseguinte, governado pelo espontaneísmo. Neste sentido, conformava-se enquanto a antítese da economia estatal e do capitalismo de Estado. Na agricultura, espontaneamente, tendencialmente a lei do valor caminhava para a expansão, para a ocupação de um espaço cada vez maior. Já para economia estatal e o capitalismo de Estado a tendência também era a de expandirem-se, contudo com o espontaneísmo sensivelmente diminuído.

A agricultura russa, liberada do confisco de suas colheitas e das restrições à livre iniciativa, tinha motivação suficiente para responder às necessidades da demanda. Uma situação concreta se apresentava neste sentido: no curtíssimo prazo, a exigência de recomposição imediata da oferta agrícola ao consumo pessoal interno. A médio prazo, em virtude da concretização de uma esperada estabilidade, o crescimento da demanda dos produtos originados na agricultura por conta da elevação do consumo pessoal, em face da geração de um nível de renda mais elevado e do incremento do consumo dos demais setores econômicos que tem estes bens como matéria prima.

A reativação imediata da agricultura não exigia muito mais do que a utilização em escala mais ampla das forças produtivas simples já presentes, de caráter pré-capitalistas, no interior do mundo rural russo. Para que fossem colocadas em ação bastaria pouco mais que a efetivação da motivação anteriormente mencionada.

É deste quadro francamente mercantil, regulado pela atuação aberta da lei do valor, que emanam as barreiras potenciais para a expansão da economia socialista de acordo com as perspectivas de Lenin. Pois, se num primeiro momento a economia pequeno-burguesa é o fator determinante para a reativação do funcionamento da economia como um todo, a partir de determinados limites ela se transforma numa restrição praticamente intransponível. A natureza das relações que

governam a ação do pequeno produtor acaba se impondo. Ora, a oferta agrícola, *ex post*, está sujeita a expansões e contrações em função, sobretudo, do preço cotado pelo mercado. Na fase de reconstrução da economia soviética, considerando-se satisfeitos determinados níveis mínimos de consumo alimentar, a oferta de alimentos crescia mais rapidamente do que a demanda em função desta última depender, principalmente, da evolução da renda do setor industrial que, pela própria natureza de suas forças produtivas, acontecia mais lentamente relativamente à agricultura.

Configurava-se a perspectiva de um cenário de abundância relativa de produtos agrícolas perante uma escassez relativa de mercadorias produzidas pela indústria. Nas trocas entre os dois setores os preços relativos eram favoráveis à indústria e, assim, o camponês tendia a reter parte da produção ou a diminuir as sementeiras seguintes. Em 1923 este fenômeno soviético, em vista de sua concretização na prática, seria chamado por Trotsky de "crise das tesouras".

É justamente em 1923 que Lenin escreve seu texto mais abrangente sobre a cooperação. Há fortes motivos, portanto, para se acreditar que ele preocupava-se fortemente com a independência do setor pequeno-burguês da economia, daí o interesse em descrever com mais precisão o cooperativismo como um pilar fundamental de seu modelo de desenvolvimento.

Isto decorre, certamente, de que a liberdade de ação no campo apresentava-se como uma limitação à ampliação da acumulação industrial, pois as trocas entre os dois setores estariam sujeitas a oscilações que comprometeriam o plano de expansão na indústria. Ao mesmo tempo, é lícito supor-se, a exploração agrícola em parcelas individuais, em geral, tem uma pobre vocação para a industrialização da agricultura *vis - à - vis* a agricultura coletivizada. Nos casos particulares em que elas crescem sustentadamente apoiando-se em bens industriais tornam-se uma ameaça política ao socialismo quando, para continuarem a acumulação além de certos limites, exigem a criação/recriação dos meios materiais e políticos de ordem exclusivamente capitalistas.

Não resta dúvida, são variáveis restritivas significativamente importantes à constituição de uma demanda estável e crescente pelos produtos industriais. Se esta demanda, em grande escala, deveria se originar da agricultura por um tempo relativamente longo da construção do socialismo na URSS, seria necessário alterar profundamente a composição organizativa das explorações rurais no sentido da retração da atuação da lei do valor. Por um lado, representaria a criação dos fundamentos da planificação das atividades agrícolas e, por outro, procurava

unificá-las à indústria na via da constituição de um sistema econômico mais homogêneo no qual a lei do valor estaria numa posição bem mais subordinada.

Contudo, antecipando essa necessidade antes que a prática a demonstrasse, já em 1921 Lenin dizia, argumentando em defesa do imposto em espécie e do capitalismo de Estado como elementos indispensáveis da Nova Política Econômica:

"(...) o capitalismo "cooperativo", diferentemente do capitalismo privado, constitui, sob o poder soviético, uma variedade do capitalismo de Estado, e, como tal, nos é útil e proveitoso por agora; em certa medida, entenda-se. Com o imposto em espécie, significando liberdade de venda das sobras (do que não foi recolhido sob a forma de imposto), nos é indispensável fazer esforços para que esse desenvolvimento do capitalismo - já que a liberdade de venda, a liberdade de comércio é um desenvolvimento do capitalismo - seja dirigido em direção ao capitalismo cooperativo. Este se assemelha ao capitalismo de Estado no sentido de que facilita o registro, o controle, a vigilância, as relações contratuais entre o Estado (neste caso, o Estado soviético) e o capitalismo. A cooperação como forma de comércio é mais vantajosa e útil do que o comércio privado, não só pelos motivos indicados, mas também porque facilita a unificação, a organização de milhões de habitantes e, em seguida, de populações inteiras, sendo esta circunstância, por sua vez, uma enorme vantagem do ponto de vista da posterior passagem do capitalismo de Estado para o socialismo. (...)".¹¹⁵

Consequentemente, para se verificar coerência nas proposições de Lenin, seria necessário fazer-se distinção entre as explorações agrícolas isoladas e aquelas implícitas ao "capitalismo cooperativo". Não é difícil entender que Lenin via nesta cooperação o embrião da coletivização da agricultura, o seu ponto de partida. Assim, pois, o desenvolvimento do capitalismo de Estado exigia a organização da cooperativização em formas determinadas, em formas tais que teria a conotação daquilo que chamou de "capitalismo cooperativo", distinto do capitalismo em si.

Este deveria ter sua existência limitada no sentido de opor-se cada vez menos ao socialismo: *"(...) já que não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é, em certa medida, inevitável, como produto espontâneo da pequena produção e da troca, e por isso mesmo devemos aproveitá-lo (dirigindo-o especialmente para a via do capitalismo de Estado) como um grau intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como recurso, caminho, procedimento ou método para aumentar as forças produtivas. (...)".¹¹⁶*

¹¹⁵ LENIN, 1987, op. cit., p. 162.

¹¹⁶ Idem, p. 165. Grifo meu.

Ao considerar o quadro das relações sociais de natureza distintas observadas na Rússia após a revolução, Lenin admitia a interrelação entre as mesmas numa forma tal que a possível unidade a ser retirada dessa conjugação apontasse para o socialismo enquanto fim. Se o capitalismo deveria participar como um dos *meios*, o mesmo só poderia ser admitido como um *fim* em si mesmo até certo ponto. Os princípios mercantis-capitalistas da livre iniciativa, estímulo à acumulação privada e a liberdade de comércio, não deveriam manifestar-se isoladamente, mas sim dentro de uma esfera que os induzisse a transitarem para o socialismo, quer dizer, nesta etapa da acumulação primitiva, para o capitalismo de Estado enquanto capitalismo "cooperativo".

Nos dois primeiros anos da NEP a atividade pequeno-burguesa não sofreu grandes restrições diante da necessidade imperiosa de recuperação imediata da oferta de alimentos. O capitalismo *para si* não deveria encontrar grandes barreiras ao seu desenvolvimento. Contudo, esse desenvolvimento, ao final desse período, já teria sido suficiente para que o dispositivo da acumulação socialista primitiva começasse a ser aplicado integralmente, o que significa dizer o enquadramento deste capitalismo nas peças do capitalismo de Estado.

No seu texto de maio de 1923, portanto, editado já quando a NEP concluía seu segundo ano de existência, Lenin diz: "(...) *nem todos os camaradas se apercebem da importância gigantesca, incomensurável, que adquire agora para nós a cooperativização da Rússia. Na NEP fizemos uma concessão ao camponês como comerciante, ao princípio do comércio privado; daí precisamente decorre (...) a enorme importância da cooperação. No fundo, tudo aquilo de que necessitamos é de cooperativizar a população russa em grau suficientemente amplo e profundo sob o domínio da NEP, pois agora encontramos o meio de combinar os interesses comerciais privados, da sua verificação e controlo pelo Estado, o meio da sua subordinação aos interesses gerais (...)*".¹¹⁷

E continuando, acrescenta: "(...) *uma coisa é fantasiar sobre toda espécie de associações operárias para a construção do socialismo e outra é aprender na prática a construir esse socialismo, de tal modo que cada pequeno camponês possa participar nessa construção. Já alcançamos agora esse degrau. É indubitável que, tendo-o alcançado, o aproveitamos muitíssimo pouco. (...)*".¹¹⁸

¹¹⁷ LENIN, 1980, op. cit., p. 657. Grifos meus.

¹¹⁸ Idem, p. 658. Grifos meus.

Ao se concluir a interpretação das formulações econômicas de Lenin deve ser dito que sua compreensão da dialética da transição econômica supõe a admissibilidade dessa transição segundo os contornos da teoria da revolução permanente. Dessa maneira, a transição é traduzida como um período que deve ser equivalente a uma determinada forma da acumulação socialista, correspondendo a uma etapa em que meios e mecanismos para a reprodução socialista ampliada seriam assentados.

No modelo de Lenin o "capitalismo de Estado" corresponde à etapa cujo conteúdo é o da acumulação primitiva. Esse capitalismo de Estado deve ser visto como um *sistema* que desdobra-se na interdependência entre as esferas industrial e agrícola. Na primeira aparece prioritariamente a formação da grande indústria por intermédio do instrumento das *concessões* oferecidas a capitalistas oriundos dos países capitalistas desenvolvidos. Na segunda a relevância está situada no objetivo de industrialização da agricultura mediante a *cooperativização* da pequena produção agrícola, para o que o ponto de partida situa-se na adoção do livre comércio e do *imposto em espécie*.

3.2 O MODELO "INTEGRADO" DE TROTSKY: INDUSTRIALIZAÇÃO, PLANIFICAÇÃO E PROPORCIONALIDADE ECONÔMICA COM MERCADO MUNDIAL

No período de quatro anos que vai de 1922 a 1925, que se inicia, portanto, logo após a instalação da NEP, Trotsky teve a oportunidade de escrever e discutir intensamente a respeito do que pensava sobre os rumos econômicos da URSS. Posteriormente, embora em circunstâncias mais difíceis, até a data em que permaneceu no país, antes de ser expulso por Stalin em janeiro de 1929, continuou opinando e escrevendo, e mesmo depois em seu exílio no exterior.

Conquanto tenha se passado dessa maneira durante a década de 20, acredita-se que o fundamental das idéias de Trotsky sobre os problemas econômicos soviéticos tenha se fixado naquele quadriênio. Esta conclusão pode ser reforçada pela constatação de que foi neste período, depois do surgimento da doença de Lenin em maio de 1922, que praticamente o tiraria de cena até sua morte em janeiro de 1924, que ele esteve em combate aberto contra Stalin e seus aliados pela hegemonia do poder, e, por essa razão, ainda podia dispor dos recursos políticos em bases minimamente democráticas, para, por meio do proselitismo e recurso aos organismos decisórios do Partido e do Estado, tentar fazer aprovar suas idéias e liderar os rumos do país.

Para conduzir tal tarefa teria que estar munido, evidentemente, de uma visão de conjunto da sociedade soviética. Não apenas de uma interpretação histórico-política, a qual já dominava desde 1905, quando procurara compreender o curso da Rússia no movimento histórico traduzido pela revolução proletária e que resultou na formulação da teoria da revolução permanente. Na Rússia revolucionária, depois de concluído o esforço gigantesco para a preservação do poder, que esteve restrito quase exclusivamente aos campos militar e político, seria necessário dar início de fato à construção do socialismo em seus elementos econômicos.

Isto certamente levava ao reconhecimento de que a atividade econômica desenvolvida no período da ação militar, o conhecido Comunismo de Guerra,

deveria ser interpretada como uma extensão militar no campo econômico, encerrando-se com o próprio fim da guerra. Segundo Carr o sentimento geral expressava que: "(...) o fim vitorioso da guerra civil (...) em novembro de 1920, e o conseqüente relaxamento da tensão, selaram o destino do comunismo de guerra. Enquanto a guerra durasse as políticas de emergência eram inevitáveis; o fim da guerra provocou uma revisão destas políticas à luz de considerações de longo prazo. (...)"¹¹⁹

De qualquer modo, não pode deixar de ser dito que também Trotsky pareceu se equivocar a respeito do Comunismo de Guerra como modelo completo de organização da economia sob o socialismo. Essa avaliação pode ser considerada a partir de seu posicionamento particular no que se refere à organização do trabalho em face da caótica situação em que se encontrava, sobretudo, a produção industrial no estágio final da guerra civil. Revelando concordância com o elevado grau de centralização econômica que vigorava sob o Comunismo de Guerra, Trotsky imaginou um fórmula de combate à dispersão da mão-de-obra inspirada na organização militar. Em boa parte, significava o recrutamento de trabalhadores para atuarem nos setores críticos da economia, o que incluía, inclusive, a aplicação de métodos punitivos para aqueles que se recusassem a obedecer as ordens de alocação. Neste processo, os sindicatos teriam papéis fundamentais, pois, em vez de cumprirem a função de defensores dos interesses dos trabalhadores, passariam a distribuir os mesmos de acordo com as necessidades do Estado.¹²⁰

Por outro lado, pode ser interpretado que a "militarização do trabalho" tal qual proposta por Trotsky, numa situação de extrema desorganização econômica, visava a necessidade de reconciliar a autoridade proletária - bastante desgastada pela situação de desesperança que se abateu sobre a população naquele período - com autonomia. Posto que o recrutamento para o trabalho seria feita por meio dos sindicatos, tradicionais organizações representativas dos trabalhadores, a administração dos trabalhadores tornar-se-ia uma auto-administração. Então, o objetivo final aparentemente seria o de "(...) superar a incompatibilidade superficial do controle estatal e do controle dos trabalhadores, ou da autoridade local e da autoridade central, e ter, então, completa consciência da integração dialética das tendências opostas. (...)"¹²¹ De qualquer forma, quer-se destacar aqui, mesmo que se critique o possível conteúdo autoritário dessas formulações de Trotsky, que, ademais, foram abandonadas pouco tempo depois, a influência da hiper-centralização presente no Comunismo de Guerra sobre suas reflexões.

¹¹⁹ CARR, 1979, op. cit., p. 297.

¹²⁰ DAY, 1988, op. cit., pp. 8-10. DEUSTCHER, 1984, op. cit., 519-543.

¹²¹ DAY, idem, p. 11.

Na verdade, a necessidade urgente de recuperação da atividade econômica fez com que Trotsky desviasse seu foco de atenção para a realidade com a qual se deparava frente a frente ao exercer as mais destacadas funções de Estado, o que o obrigava a percorrer o país com muita frequência. Já em fins de 1919 ele tinha avaliado a possibilidade de uma reativação parcial do mercado que fora abolido pelo Comunismo de Guerra. E ao iniciar-se o ano de 1920 não tinha dúvida quanto à necessidade de estimulação da agricultura mediante mecanismos próprios da atividade mercantil, como a liberdade da livre circulação de mercadorias e da acumulação individual. Alfas, o próprio Trotsky fora o primeiro a apresentar proposta com o conteúdo do *imposto em espécie*, em fevereiro de 1920, portanto, um ano antes de Lenin introduzi-la na proposta de resolução ao Comitê Central do Partido que acabou dando início à NEP. Naquela oportunidade Trotsky estava convencido da necessidade de substituir os métodos do Comunismo de Guerra pelo elemento do interesse individual. Diante da rejeição de sua proposição pelo Comitê Central naquela data, curiosamente tendo em Lenin seu principal adversário, não voltou mais ao assunto até sua recolocação por Lenin no início de 1921 quando apoiou-a sem restrições.¹²²

Assim, ao mesmo tempo em que procurava elaborar uma nova formulação da construção econômica do socialismo para a Rússia, exigência que se colocava imediatamente, Trotsky faria desta reflexão sua plataforma na luta que encetaria contra Stalin naqueles anos em que as proposições econômicas tornaram-se o centro do debate.

É o que se depreende de um conjunto de três textos dados a conhecer naquele período: *Informe sobre a Nova Política Econômica e as perspectivas da revolução*; *El nuevo curso*; *Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?*¹²³ Nestes, as formulações guardam notável coerência entre si. E também percebe-se que Trotsky não realiza uma construção analítica movida tão-somente pelo pragmatismo, como fizera Lenin preferencialmente, mas, além disso, procura organizar suas idéias segundo a fórmula da sistematização sem recusar a abstração. Assim, é possível detectar uma lógica e coerência implícita ao pensamento econômico de Trotsky para o desenvolvimento econômico da URSS, o

¹²² Ver CARR, 1979. op. cit., pp. 307-308. TROTSKY, Leon. *Minha vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, pp. 387-388.

¹²³ TROTSKY, Leon. *Informe sobre a Nova Política Econômica e as perspectivas da revolução*. (novembro de 1922). In BERTELLI, 1987. op. cit., pp 183-229. *El nuevo curso* (1923). Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, No. 27, 1974. *Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?* (novembro de 1925). Madrid, Ediciones Oriente, 1928.

que resulta explicitamente num modelo com pressupostos, variáveis e peças unitariamente interligadas.

Chama-se a atenção aqui para o caráter de "integração" do modelo de Trotsky, não apenas pela constatação da existência de uma interligação lógica entre suas peças componentes, mas também porque uma dessas peças fundamentais é representada por um elemento econômico externo à unidade econômica soviética aqui colocada como objeto; este elemento é o mercado mundial. Trotsky vê a economia soviética como um polo antitético de uma unidade dialética chamada economia internacional da qual a URSS é participante. O reconhecimento do quadro mundial das relações econômicas segundo essa natureza deveria fornecer as informações para a organização das medidas voltadas para o desenvolvimento econômico interno, o que implicaria a necessidade do estabelecimento de vínculos, de uma "integração", sob determinadas condições, com o mercado mundial.

Naturalmente, o "isolamento" soviético estaria totalmente descartado numa situação em que países capitalistas desenvolvidos fossem guindados ao socialismo. Mesmo assim, isso não significaria que a oposição entre a URSS e a economia mundial desapareceria; seria observado, isso sim, um grau de antinomia bem mais diminuído entre essas duas partes. É por isso que, numa situação contrária, isto é, sem a internacionalização da revolução, como acabou se verificando logo após o final da primeira guerra, a dependência objetiva indicava que a melhor estratégia seria não ignorar a necessidade da URSS se utilizar da condição de membro da economia mundial, mesmo numa situação extremamente desfavorável.

Contudo, tal postura só seria positiva ao desenvolvimento soviético em decorrência da natureza interna de suas relações econômicas, a qual se conformava em torno da propriedade social dos meios de produção, do monopólio do comércio exterior e do princípio do planejamento econômico.

A composição da estratégia econômica nestes termos faz parte do arsenal utilizado por Trotsky para opor-se às orientações seguidas por Stalin na luta pelo poder. luta esta que se justificava formalmente em torno das medidas econômicas que cada lado julgava como corretas. Trata-se, antes de tudo, porém, de um resgate da sua teoria da revolução permanente como veículo teórico orientador da reflexão sobre os destinos da revolução. A defesa da vinculação da economia soviética ao mercado mundial integrava-se a essa forma de pensar, o que significava entender que a etapa "capitalista" do desenvolvimento socialista, a ser conduzida pelo poder proletário, apresentava uma faceta que se espraiava além fronteiras. A negação de tal etapa, ou a opção pelo isolamento e a busca do

desenvolvimento em bases autárquicas, resultava do entendimento da construção socialista em termos do "monismo" da "teoria do socialismo num só país".

Se a economia interna teria parte de seu funcionamento regulado pela lei do valor, já que Trotsky concordava com o restabelecimento do funcionamento do mercado e este aparecia como peça integrante importante do seu modelo, as trocas internas deveriam ser manipuladas com precisão, sem por em perigo o monopólio do comércio externo. Esta era a evidência natural decorrente da vigência plena da lei do valor no espaço da economia mundial.

A possibilidade deste monopólio tornar-se efetivo para o desenvolvimento econômico socialista só seria possível, em outras palavras, impedindo que os preços internacionais erodissem a perspectiva da industrialização soviética, diante do reconhecimento de que o conjunto representado pela integração interna da lei do valor com a lei da acumulação socialista estaria inevitavelmente em contato com a economia mundial. Deveria ficar bem claro que sendo a economia soviética parte do mercado mundial, e estando dentro do cerco capitalista, levaria a que a dualidade representada pela lei da acumulação socialista vinculada à lei interna do valor seria abarcada pela lei mundial do valor e, dessa maneira, alterando seriamente a relação entre aquelas duas leis internas. Quer dizer, independentemente da vontade, na realidade a economia soviética era envolvida inapelavelmente como parte da economia mundial.¹²⁴

Obviamente, por tudo o que já foi dito até aqui, seria redundante afirmar que Trotsky raciocina o desenvolvimento econômico soviético segundo mecanismos e métodos que exigem o pressuposto da interpretação do movimento histórico através das lentes da teoria da revolução permanente. E, por consequência, sua dialética econômica da transição é elaborada sob a norma orientadora da teoria que rejeita o "salto" não-dialético, ou a passagem direta ao socialismo.

Reafirma essa opinião já no texto de 1922, um relatório sobre o primeiro ano da NEP apresentado ao IV Congresso da Internacional Comunista. Discutindo a formulação que considerava um lugar-comum dos marxistas, chama a atenção para a premência de se evitar uma interpretação mecânica da afirmação de Engels quando este discorrera sobre a passagem do "reino da necessidade para o reino da liberdade".¹²⁵ Na visão de Trotsky, Engels queria sublinhar que uma época de

¹²⁴ DAY, 1988. op. cit., p. 23.

¹²⁵ "(...) Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história, colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. É o salto da

transição, em escala mundial, representa um "salto", mas, a nível prático este "salto" deveria ser interpretado como um sistema de reformas ou transformações detalhadas.¹²⁶

Na verdade, este "salto", interpretado para a situação soviética, representava a possibilidade da condução do desenvolvimento econômico pelo proletariado antes mesmo que a burguesia nacional se consolidasse enquanto uma classe social dominante. Mas, ao mesmo tempo, expressava por parte deste mesmo proletariado o entendimento de que não seria possível ao Estado operário, em face das condições históricas particulares por ele enfrentadas, organizar imediatamente a economia em termos absolutamente socialistas.

O conteúdo da *acumulação socialista primitiva* em Trotsky denota uma preocupação com o desenvolvimento industrial num determinado estágio da transição. Neste estágio de regularização industrial, do desenvolvimento industrial estatal durante a transição entre o capitalismo e o socialismo, são feitas concessões ao campesinato, há o recurso aos métodos do mercado e admitida a presença de um equivalente geral (dinheiro). As empresas, dessa maneira, estariam sujeitas por um longo período a atividades de tipo transitório, o que significa dizer que orientar-se-iam independentemente via a prova do mercado.

Na concepção de Trotsky do desenvolvimento econômico socialista, associando procedimentos mercantis-capitalistas e socialistas, então, o mercado tem função significativa. Num primeiro momento, aquele que corresponde à recuperação econômica, as próprias empresas estatais competem entre si e com empresas privadas no espaço do mercado. Há um controle que vem de cima, evidentemente, do Estado, mas também seria inevitável o controle vindo de baixo, do mercado, e este cumpriria o papel de regulador da indústria estatal, pelo menos até que a indústria leve estivesse aceitavelmente recuperada, antes de se passar à etapa de implantação da indústria pesada. A presença econômica socialista apresentar-se-ia, muito mais, através de intervenções estatais visando correções deliberadas nas atividades do mercado, o que representaria os primeiros passos da planificação socialista, para o que seria necessário uma economia monetária e um sistema de crédito estatal.¹²⁷

A admissão do retorno do interesse individual como método econômico não era vista de maneira isolada, mas sim no contexto da aliança operário-camponesa,

humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade. (...). In ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo, Global, 1984, pp. 76-77.

¹²⁶ TROTSKY, 1987. op. cit., pp. 190-191.

¹²⁷ Idem, pp. 201-203.

isto é, da ditadura do proletariado. Esta aliança deveria ser compreendida de maneira tal que, com a reintrodução dos elementos mercantis, estes fossem alçados à condição de transfusores de excedentes para o estabelecimento dos contornos apropriados à construção do socialismo, ao tempo em que a economia camponesa tivesse suas exigências relativas à acumulação privada resgatadas.

Disto decorria que na primeira metade dos anos 20 seria necessário estabelecer como objetivo econômico principal uma determinada correlação entre a indústria e a agricultura, e dentro da própria indústria, que possibilitasse o desenvolvimento da indústria com um mínimo de crises e, ao mesmo tempo, apontasse para o domínio crescente da indústria e do comércio estatais sobre o capital privado. Mas para que isso se verificasse, ou seja, para que no plano econômico a aliança operário-camponesa se consolidasse, seria necessário oferecer à agricultura bens industriais a preços cada vez menores mediante o recurso decisivo dos métodos de registro, organização, produção, venda, verificação do trabalho e outras formas de correções e mudanças. Seria esta a maneira da indústria estatal adaptar-se ao mercado camponês e à potencialidade do campesinato mantendo seu caráter de indústria estatal e socialista.¹²⁸

A NEP é interpretada por Trotsky como um período de utilização de mecanismos econômicos heterogêneos, correspondendo a um etapa particular da transição entre capitalismo e socialismo, estabelecidos na conformação das relações recíprocas entre a cidade e o campo. Corresponde, evidentemente, a um período em que o crescimento industrial acontece sob determinadas condições. Assim, a NEP se caracterizaria pela simultaneidade da colaboração e de ações contrárias entre as tendências socialistas e capitalistas. Trata-se de uma luta cujo desfecho depende da marcha dessas duas tendências, podendo ocorrer o restabelecimento integral do capitalismo se a indústria se desenvolve mais lentamente do que a agricultura.

Nota-se a importância determinante atribuída por Trotsky à indústria para o desenvolvimento econômico soviético. Não poderia ser diferente em se tratando de um marxista presente no palco em que o socialismo estava colocado diretamente, não enquanto postulação teórica, mas já na fase da realização dos esforços materiais para o seu erguimento. Neste sentido, uma certa relação entre a cidade e o campo compõe a base da circulação econômica. E por sua vez, esta relação tem uma dinâmica cujo elemento orientador é a indústria. Nesta relação a agricultura apresenta-se como um fator limitador para o crescimento industrial, mas este limite

¹²⁸ TROTSKY, 1974, op. cit., pp. 70, 71, 102 e 103.

não é fixo. Isto quer dizer, por outro lado, que a indústria não se desenvolve exclusivamente em função do resultado da produção agrícola, porque ela própria converte-se em um mercado depois de apoiar-se na agricultura para encetar sua reconstrução e um primeiro período de expansão.

O predomínio crescente da indústria na economia do país é uma pré-condição obrigatória para que a agricultura possa elevar seu progresso técnico e seu perfil socialista. Supõe-se, por isso, que a industrialização da agricultura torna-se uma necessidade cada vez mais crescente. Avaliando o papel importante das cooperativas no desenvolvimento agrícola, Trotsky considera que as cooperativas em si, como formas organizativas econômicas particulares, não garantiriam a consecução desse objetivo *como forças puras de organização*. Seriam as cooperativas que se apoiassem na industrialização generalizada da agricultura e na sua eletrificação que estariam aptas a desempenharem esse papel.

Colocadas as condições em que se processariam as relações entre a indústria e agricultura no universo de uma economia mista, socialista e capitalista, como etapa da transição, apresenta-se como decisivo na concepção de Trotsky, como já foi visto, a necessária relação entre a economia nacional e o mercado mundial, já que o isolamento econômico, mesmo numa situação política de grande adversidade para a URSS, é considerado por ele como um obstáculo ao desenvolvimento socialista. Assim como a indústria, para o seu desenvolvimento, não poderia se isolar da agricultura, pelo contrário, deveria apoiar-se nela, o país não poderia interromper suas relações com o mercado mundial se postulasse seu desenvolvimento como uma nação socialista.

Uma vez que tenha ocorrido a recuperação de sua economia interna, e ao mesmo tempo se definido um determinado ritmo de desenvolvimento, a URSS resgata a posição que detinha no mercado mundial e na divisão internacional do trabalho. Assim, passara a ser importante a proporção do tempo de desenvolvimento da economia soviética em relação ao tempo de desenvolvimento da economia mundial. Contudo, Trotsky chama atenção, não deixará, também, de ser perigoso essa reentrada no cenário mundial face alguns pontos fracos ostentados pela URSS, tais como, a atomização de sua agricultura, a inferioridade técnica de sua economia e a enorme superioridade produtiva do capitalismo. Mas se impunha uma pergunta obrigatória: *com que rapidez, em que direção, seria modificada nos anos seguintes a relação entre a economia soviética e a economia capitalista?*¹²⁹

¹²⁹ TROTSKY, 1928, op. cit., pp. 75-79.

O equilíbrio dinâmico da economia soviética, a partir da superação de determinados níveis, exigiria a ampliação de seus limites, o que implica que essa economia não poderia ser tratada como uma sistema que se basta a si mesma. Na etapa da recuperação, seria aceitável que, para a avaliação do desenvolvimento, o ponto referencial fossem os indicadores econômicos da economia, em 1913, antes do início da primeira guerra mundial. Depois de 1925 a avaliação do desempenho em qualidade, quantidade e preço da produção soviética deveria ser feita tendo a produção mundial como parâmetro. Um instrumento particular deveria ser adotado para que essa avaliação comparativa com fosse efetuada, os **coeficientes de comparação**, que serviriam para ajustar a economia não às medidas do Estado, mas sim às do mercado mundial: "(...) se é verdade que a vitória de uma ordem social depende da superioridade da produtividade do trabalho que lhe é inerente (o que é indiscutível para os marxistas), torna-se necessário uma avaliação exata, quantitativa e qualitativa, da produção, tanto no que se refere às operações comerciais correntes, como para a crítica de uma determinada etapa da evolução histórica da economia soviética. (...)".¹³⁰

Trotsky relativiza os perigos iminentes às relações entre a economia soviética e o mercado mundial destacando as enormes vantagens advindas dessas relações, as quais permitiriam potencializar os fundamentos econômicos socialistas decorrentes da propriedade social dos meios de produção e da planificação econômica. A própria inserção da economia socialista no mercado mundial, permitindo o acesso à técnica mais desenvolvida, em face da capacidade, mesmo que limitada, desta economia em regular o tráfico econômico, oferece o antídoto contra aqueles perigos já mencionados. Os coeficientes de comparação, portanto, teriam um impulso cada vez mais favorável à economia soviética se o mercado mundial fosse bem aproveitado pelo poder operário.

Uma vez destacado que na concepção de Trotsky as relações econômicas entre a URSS e a economia internacional não deveriam ser rompidas, ou, pelo contrário, deveriam ser reafirmadas, agora tendo a ditadura do proletariado como fator político determinante na condução da economia soviética segundo os pressupostos do socialismo, faz-se necessário ressaltar que ao interior dessa elaboração está presente um outro elemento fundamental. Diz respeito à questão da **planificação**, a qual, naquela oportunidade, representava o emprego dos meios e procedimentos voltados para a obtenção da **proporcionalidade** necessária entre os diversos compartimentos econômicos, ou do estabelecimento das proporções

¹³⁰ Idem, pp. 104-105.

adequadas entre os diversos setores da economia nacional e desta com o mercado mundial. O planejamento deveria ser transformado num conjunto de medidas orientando para o socialismo as formações econômico-sociais distintas que inevitavelmente se apresentavam concretamente ao interior da URSS e que não poderiam ser recusadas integralmente.

Vejamos como Trotsky teoriza, no texto de 1922, o conceito da proporcionalidade em consonância com o movimento histórico e com a possibilidade da construção do socialismo na Rússia:

"(...) Qualquer economia pode crescer, desde que exista certa proporcionalidade entre seus diferentes setores. Os distintos ramos da indústria se encontram relacionados quantitativa e qualitativamente. Deve existir uma relação entre os ramos de bens de consumo e de bens de produção. Além disso, essas proporções entre os setores devem ser respeitadas. Em outras palavras, a matéria é o poder vivo do trabalho de todo o povo e deve ser repartida entre a agricultura e a indústria, segundo uma certa relação, de modo a permitir a existência da humanidade e o seu progresso. Como isso se deu?"

O capitalismo opera através do mercado, da livre concorrência, da lei da oferta e da procura, do mecanismo de preços, da sucessão dos períodos de prosperidade e de crises. Para nós é um período anárquico, já que está ligado à dissipação de uma grande quantidade de recursos e de valor, e leva às guerras, que podem destruir a cultura humana. Contudo, é um período que se estabelece nos limites de sua ação histórica. Nele se cria uma proporção entre os setores econômicos, correlação suficiente para que a sociedade burguesa seja capaz de existir sem convulsões.

Nossa economia pré-guerra apresentava uma proporcionalidade interna estabelecida pelas forças capitalistas da troca. A guerra chegou junto com uma extensa remodelação das relações. As indústrias pesadas se desenvolveram em detrimento da indústria leve. A revolução e a guerra civil fizeram estragos e minaram suas bases. (...) Nossa herança foi uma economia que conservava ainda traços de proporcionalidade, contudo, tinha existido sob o capitalismo, mas foi deformada pela guerra imperialista e destruída pela guerra civil. (...) A vida econômica socialista será dirigida de uma forma centralizada, assim como a proporcionalidade será obtida mediante metódico plano, que observará todas as proporções e dará a cada setor uma relativa autonomia, sob a condição de que permaneça sob um controle nacional e internacional.

Porém, não se pode criar a priori a organização global da economia, o método do cálculo socialista, planejando por detrás de uma mesa. Ela somente poderá se desenvolver por meio de sua adaptação gradual aos recursos materiais que se possam utilizar, às